GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2017 – METRÔ/DF

A **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ-DF** (CNPJ: 38.070.074/0001-77; IE: 07.384.225/001-37), por meio do Pregoeiro Klaus Vilar Wurmbauer, designado pela Instrução de Serviço nº 434/2016, do Sr. Diretor-Presidente, em conformidade com os termos do Processo n° 097.000.647/2017, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei Distrital nº 3.985/2007 e n° 4.079/2008 pelos Decretos do Distrito Federal nº 23.460/2002, nº 25.937/2005, nº 26.851/2006 e 35.592/2014, Lei Complementar 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as exigências estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, torna público que a realização de licitação sob regime de empreitada por preço global, do tipo **MENOR PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

Data da sessão: 23 de janeiro de 2017
Horário: às 10:00
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.
UASG : 925046

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamentos e mão de obra.

CAPÍTULO 2 - DO CREDENCIAMENTO

2.1 - O Credenciamento é o nível básico de registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2 - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável

por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

CAPÍTULO 3 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão **Empresas** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF.

3.2 - A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital e seus anexos.

3.3 - Não poderão participar desta licitação:

3.3.1 - Empresas reunidas em Consórcio;

3.3.2 - O(s) autor(es) do Anexo I - Projeto Básico, pessoa física ou jurídica;

3.3.3 - Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante, incluindo os membros da CEL;

3.3.4 - Empresa cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Companhia, nos termos do Decreto Distrital nº. 32.751/2011;

3.3.5 - Empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital; empresas suspensas de licitar ou contratar com esses mesmos entes federativos (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF e Parecer n.º 1.506/2012-PROCAD/PGDF).

3.3.6 - Empresas que estejam temporariamente suspensas de participar de licitação ou de contratar com a Administração, em qualquer órgão ou entidade, seja federal, estadual, distrital ou municipal, da Administração Pública direta ou indireta. (Parecer nº 202/2011 – PROCAD/PGDF).

3.3.7 - Pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou, ainda, que esteja com o direito de licitar suspenso perante o Distrito Federal;

3.3.8 - Empresas inadimplentes ou que possuam qualquer nota desabonadora junto a quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

3.3.9 - Pessoa jurídica que se encontre em recuperação judicial, extrajudicial, ou que tenha sido decretada a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme a Lei nº. 11.101/2005.

3.3.10 - Empresa que possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

3.4 - Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

3.6 - A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n° 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.7 - Que esta ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.8 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10 - Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 16 de setembro de 2009;

3.11 - Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

CAPÍTULO 4 - DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus

decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.6 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.7 - Valor unitário e total do item; e

4.8 - Descrição detalhada do objeto.

4.9 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.10 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.11 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

CAPÍTULO 5 - DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.4 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito de aceitação.

5.5 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.6 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.8 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário ficado para abertura da sessão e as regra estabelecidas no Edital.

5.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.11 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

5.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 - Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

5.16 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.17 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.18 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

5.19 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21 - Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22 - No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

CAPÍTULO 6 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1 - Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.2 - Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

6.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 - O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5 - O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.6 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.7 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.8 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.10 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.11 - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

CAPÍTULO 7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa – CNIA;

7.1.2 - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União;

7.1.3 - Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.4 - Sistema de Cadastro Único de Fornecedores - SICAF;

7.1.5 - Portal da Transparência do Distrito Federal.

7.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 - O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

7.5 - Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

7.6 - Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no **prazo de 02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.7 - Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

7.8 - Habilitação jurídica:

7.8.1 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.8.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.8.3 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.8.4 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

7.8.5 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.8.6 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.8.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.9 - Regularidade fiscal e trabalhista:

7.9.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.9.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

7.9.3 - Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

7.9.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.9.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.9.6 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.9.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.9.8 - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para empresa sediada, domiciliada ou com filial no Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;

7.9.9 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.9.10 - Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.10 - Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

7.10.1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **independente de inscrição no SICAF**;

7.10.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.10.3 - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.10.4 - Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{}};$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----------;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----------; e

Passivo Circulante

7.10.5 - As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão **comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação** ou do item pertinente;

7.10.6 - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

7.10.7 - Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, conforme ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO;

7.11 - Habilitação Técnica:

7.11.1 - A qualificação das entidades participantes do processo licitatório deverá enviar documentação, conforme descrito no item 05 do Termo de Referência.

7.11.2 - A licitante deverá comprovar a qualificação técnica operacional, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos pelos contratantes titulares de pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, relativo à execução de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços compatíveis em características e quantidades em, no mínimo, 50%, do número de empregados a serem contratados;

7.11.3 - Como critério objetivo, para atendimento do item anterior, os atestados apresentados pela licitante deverão comprovar a seguinte característica e quantidade mínima:

7.11.4 - Comprovar experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão, com cópia autenticada do respectivo contrato firmado com a pessoa jurídica de direito público ou privado que concedeu o referido atestado.

7.11.4.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

7.11.4.2 - Será aceito o somatório de atestados para a comprovação da experiência mencionada no item 7.11.3.1, exceto aqueles que abranjam períodos concomitantes;

7.11.4.3 - A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços;

7.11.5 - Comprovante de registro ou inscrição expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de sua região a que estiver vinculada;

7.11.6 - Apresentar Responsável Técnico (engenheiro agrônomo) que será responsável pelo serviço, devidamente registrado no CREA, em cujo acervo conste atestado de responsabilidade técnica pela prestação dos serviços de manutenção do Jardins, compatível com os descritos no Termo de referência;

7.11.7 - Apresentar declaração de disponibilidade de instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado necessário para a execução do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante;

7.11.8 - Atestado de Vistoria nos termos do capítulo 22 do Termo de referência.

7.12 - Caso a licitante seja optante pelo recolhimento das contribuições previdenciárias sobre o valor da receita bruta, Instrução Normativa RFB nº. 1.436/2013, deverá apresentar declaração, sob as penas da Lei, conforme Modelo de Declaração – ANEXO III deste Edital.

7.13 - **A Licitante deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666/1993, bem como o Decreto de nº 36.519, de 28 de maio de 2015, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares, Modelo de Declaração – ANEXO III deste Edital.**

7.14 - Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

7.15 - A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.16 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.17 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.18 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.19 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

CAPÍTULO 8 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Os documentos exigidos para habilitação relacionados no CAPÍTULO 7 - juntamente com a proposta adequada ao valor arrematado deverão ser

apresentados pelos licitantes após no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **3 (três) dias úteis**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via e-mail.

8.2 - A proposta deverá:

8.3 - Ser redigida em língua portuguesa, impressa em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

8.4 - Apresentar a Proposta e Planilhas de formação de custos em conformidade com o exigido através do item 23 e 24 do Termo de Referência;

8.5 - Conter a descrição detalhada dos serviços propostos;

8.6 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.7 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

CAPÍTULO 9 - DOS RECURSOS

9.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.3 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.5 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

CAPÍTULO 10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CAPÍTULO 11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato.

11.2 - A Vigência poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses nos termos do art.57, inciso II da Lei 8.666/93.

11.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

11.4 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5 - Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.6 - Será proibida a subcontratação do objeto da presente licitação.

CAPÍTULO 12 - DO REAJUSTAMENTO

12.1 - Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis no primeiro ano de vigência, de acordo com a Lei nº 10.192 de 14/02/2001, podendo haver reajuste ou repactuação caso o contrato seja prorrogado.

12.2 - As regras referentes ao reajuste e repactuação do valor contratual são as estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo, ANEXO II do Edital, e item 27 do termo de referência.

CAPÍTULO 13 - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas pela ADSA - Divisão de Serviços de Apoio, nos termos do item 28 do Termo de Referência. A ela competirá zelar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da empresa contratada, neste instrumento e demais dispositivos da Lei Federal Nº 8.666/93;

13.2 - O METRÔ-DF disponibilizará as instalações e informações necessárias à realização das atividades objeto dessa contratação.

13.3 - O METRÔ-DF permitirá o livre acesso do coordenador, supervisores e empregados da contratada aos locais da execução dos serviços.

13.4 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o METRÔ-DF dará ciência à empresa contratada do sucedido, fazendo-o imediatamente e por escrito, assinando-lhe prazo para a regularização, bem como as providências exigidas para sanar a falha ou defeito apontado.

13.5 - A remuneração mensal final dos serviços executados será variável de acordo com o desempenho da contratada, nos termos do Acordo de Níveis de Serviço (ANS) estabelecido conforme item 29 do Termo de Referência.

CAPÍTULO 14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos Itens 17 e 18 do Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos a este Edital.

CAPÍTULO 15 - DO PAGAMENTO

15.1 - Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011.

15.2 - Excetuam-se desta obrigatoriedade as empresas de outros Estados da Federação que, comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso indicar o número de sua conta-corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário.

15.3 - A contratada deverá entregar a Nota Fiscal/Fatura no protocolo geral do METRÔ-DF, devendo esta indicar precisamente os serviços executados, o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do ateste do gestor.

15.4 - A **contratada** deverá apresentar ao METRO-DF, juntamente com a fatura, os documentos e comprovantes descritos no **item 21.2 e 21.3 do Termo de Referência** , sem os quais não se efetuará o pagamento, sob pena de rescisão do contrato e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.5 - O pagamento poderá ficar retido, caso o contratado deixe de cumprir quaisquer obrigações contratuais de natureza técnica, administrativa, segurança e medicina do trabalho, legislação trabalhista e outras pertinentes.

15.6 - Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável ao METRÔ-DF, no pagamento relativo à execução do serviço, o valor devido, será corrigido monetariamente, desde o vencimento da obrigação até o efetivo pagamento, de acordo com a variação pró-rata-tempore da TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

15.7 - O METRÔ-DF, dispondo de recursos financeiros poderá antecipar o pagamento, desde que seja concedido pela CONTRATADA o desconto pró-rata-tempore equivalente a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

15.8 - Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar ao METRÔ-DF os seguintes documentos em plena validade, junto com a Nota Fiscal:

15.9 - Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS;

15.10 - Certidão de Regularidade de situação junto ao FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

15.11 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade;

15.12 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em plena validade;

15.13 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, nos termos da Lei nº 12.440/2011, em plena validade.

15.14 - O CONTRATADO fica obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-E, modelo 55, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de outubro de 2011, conforme dispõe o Protocolo ICMS 42, de 3/07/2009, com redação dada pelo Protocolo ICMS 33/2011.

15.15 - Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente enviados à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

15.16 - Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data da nova protocolização.

CAPÍTULO 16 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

16.1 - Os desembolsos decorrentes da contratação estão assegurados no orçamento de 2017 e serão debitados nos Programa de Trabalho 26.453.6216.2756.6136, Natureza de Despesa 33.90.37 e Fonte de Recursos 220.

CAPÍTULO 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. Não mantiver a proposta;

17.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

17.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3 - As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções, conforme Decreto Distrital n° 26.851/2006:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) Para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.4 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 19.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.5 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

17.6 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

17.7 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao CONTRATADO a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, de 1993, observada a seguinte ordem:

I) mediante desconto no valor das parcelas devidas ao CONTRATADO;

II) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução;

III) Mediante desconto no valor da garantia contratual.

17.8 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

17.9 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

17.10 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I) o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II) a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

17.11 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo primeiro, e observado o princípio da proporcionalidade.

17.12 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 17.6.

17.13 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 19.6 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

17.14 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em

decorrência de licitação na modalidade Pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966/05, de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I) Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo METRÔ-DF, o licitante e/ou contratado permanecer inadimplente;

II) Por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III) por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas nos itens anteriores e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

17.15 - É competente para aplicar a penalidade de suspensão o Ordenador de Despesa, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

17.16 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

17.17 - O prazo previsto no inciso IV, do item 19.14, poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

17.18 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor-Presidente, à vista dos motivos informados pelo Diretor da área interessada.

17.19 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

17.20 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.21 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

17.22 - É facultado ao interessado/contratado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

17.22.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

17.22.2. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.22.3. Os prazos referidos se iniciam e vencem em dia de expediente no METRÔ-DF.

17.22.4. Assegurado o DIREITO À DEFESA PRÉVIA e ao CONTRADITÓRIO, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I) A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II) O prazo do impedimento para licitar e contratar;

III) O fundamento legal da sanção aplicada;

IV) O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

17.23 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções de ADVERTÊNCIA e MULTA, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

17.24 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, o licitante e/ou contratado ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à CONTRATANTE pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.2 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.3 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.4 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.5 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.8 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.9 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.metro.df.gov.br.

18.10 - Quanto ao ICMS, nas operações interestaduais, observar-se-ão as alíquotas previstas na Resolução nº. 22/89 do Senado Federal, tendo em vista o fato de o METRÔ-DF ser contribuinte do ICMS, com cadastro fiscal no Distrito Federal, sob o nº. CF/DF 07.384.225/001-37.

18.11 - O valor total da presente licitação está estimado em R$ 1.576.445,28 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos)para o período de 12 (doze) meses.

18.12 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.12.1 - ANEXO I – Termo de Referência;

18.12.2 - ANEXO II - Minuta de Contrato;

18.12.3 - ANEXO III – Modelo declaração.

18.13 - Fica estabelecido o Foro de Brasília – DF para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Pregão Eletrônico, se esgotadas as vias amigáveis.

18.14 - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília/DF, 10 de janeiro de 2017.

Klaus Vilar Wurmbauer
Pregoeiro

Diretoria de Administração - DAD
Departamento Administrativo - ADM
Divisão de Serviços de Apoio - ADSA

ANEXO I

Termo de Referência

Prestação de Serviços de Capina Manual e Mecânica.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamentos e mão de obra.

2. OBJETIVOS

2.1. A presente contratação visa atender às necessidades de conservação, higienização e segurança no âmbito das instalações e vias do METRÔ-DF;

2.2. Os serviços visam impedir que a vegetação facilite a propagação de fogo em caso de incêndio, evitar problemas sanitários, tais como pequenos animais e insetos se instalando ao longo das vias, garantir que as ações da manutenção sejam executadas de maneira mais segura e impedir que a vegetação entre em contato com o terceiro trilho.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A descentralização administrativa de atividades complementares à execução de serviços públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal encontra-se respaldado no Decreto Distrital n° 25.937, de 15/06/2005, que, entre outras disposições, fixou os campos de terceirização na Administração Pública, conforme o que segue:

> *"Art. 1º As atividades de vigilância, limpeza e conservação, ajardinamento e limpeza de áreas urbanas, segurança, transporte, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações, manutenção predial, de equipamentos e de instalações e outras assemelhadas, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, excetuando-se as companhias de capital aberto, serão, de preferência, objeto de execução indireta, mantido o poder regulatório e de fiscalização dessas atividades por parte do Poder Público."*

3.2. A contratação enquadra-se como serviços continuados e justifica-se pelo fato de serem imprescindíveis e essenciais ao funcionamento da Companhia, que não dispõe de profissionais em seu quadro com tais atribuições.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação, execução, fiscalização e gestão serão normatizadas pelas leis, normas e instruções vigentes, em especial pelo disposto na seguinte normatização: Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 4.923/65, Lei nº 10.179/2001, Lei n.º 10.520/2002, Lei nº 10.637/2002, Lei nº 10.833/2003, Lei nº 8.213/1991, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 76.900/75, Decreto Federal n°. 2.271/97, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 5.540/2005, a

Lei Distrital nº 3.517/2004, Lei Distrital nº 3.978/2007, Lei Distrital n° 4.636/11, Lei Distrital nº 4.794/2012, Lei Distrital nº 4.799/2012, Lei Distrital n° 5.313/2014, Lei Distrital nº 5.610/2016, os Decretos Distritais n°. 23.460/2002, 25.937/2005, 25.966/2005, 26.376//2005, 26.851/2006, 34.518/2013, 34.649/2013, 37.568/2016 e a IN n°. 02/2008 - SLTI/MPOG, recepcionada no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº. 36.063/2014, entre outras.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A licitante deverá comprovar a qualificação técnica operacional, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos pelos contratantes titulares de pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, relativo à execução de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços compatíveis em características e quantidades em, no mínimo, 50%, do número de empregados a serem contratados;

5.2. Como critério objetivo para atendimento do item anterior, os atestados apresentados pela licitante deverão comprovar a seguinte característica e quantidade mínima:

5.2.1. Comprovar experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços de roço e capina, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão, com cópia autenticada do respectivo contrato firmado com a pessoa jurídica de direito público ou privado que concedeu o referido atestado;

5.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

5.2.3. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação da experiência mencionada no item 5.2.1, exceto aqueles que abranjam períodos concomitantes;

5.2.4. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços;

5.3. Apresentar declaração de disponibilidade de instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado necessário para a execução do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante.

6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÕES

6.1. É vedada a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.2. Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, não sendo admitida a transferência de responsabilidade para terceiros ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;

7. MODALIDADE PREFERENCIAL

7.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na categoria de serviço comum, nos termos do Decreto nº 3.555/2000, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9. Propõe-se que seja adotado o critério de Menor Preço para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos e as especificações técnicas.

10. PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão iniciados no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, após a assinatura do contrato;

11. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços serão prestados nas instalações, vias, pátios de manobras e estações operacionais do METRÔ-DF, descritas no Anexo X.

12. QUANTITATIVO DE EMPREGADOS PARA OS SERVIÇOS

12.1. O serviço será executado de forma contínua, tendo em vista a amplitude da área ocupada pelo METRÔ-DF. Segue, abaixo, o efetivo de empregados necessário para prestação dos serviços:

Cargo	Tipo	Qtde
Operador de Roçadeira Costal diurno	44h	10
Operador de Roçadeira Costal noturno	44h	10
Encarregado de Jardinagem noturno	44h	01
Encarregado de Jardinagem diurno	44h	01
TOTAL		**22**

13. JORNADAS DE TRABALHO

13.1. As jornadas de trabalho dos empregados serão distribuídas da seguinte forma:

13.1.1. 44 horas semanais em turno diurno – de segunda a sexta, no período compreendido entre 07h e 22h, com uma hora de intervalo;

13.1.2. 44 horas semanais em turno noturno – de segunda a sexta, no período compreendido entre 22h e 07h e domingo, no período compreendido entre 18h e 00h;

13.1.3. O excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, nos termos da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho;

13.2. Para efeito de cálculos dos custos de mão de obra considera-se que:

13.2.1. Não deverá ser considerado o pagamento de indenização referente ao intervalo intrajornada, uma vez que este deverá ser obrigatoriamente usufruído por todos os empregados;

13.3 Os horários referentes à jornada de trabalho podem sofrer alterações de acordo com a necessidade do METRÔ-DF;

13.4 Em caso da suspensão dos serviços operacionais (circulação de trens), por qualquer motivo, o METRÔ-DF poderá convocar todos os empregados para realizarem jornada de trabalho excepcional.

14. EQUIPAMENTOS

14.1. Os equipamentos de roço e capina a serem utilizados, também em horário operacional, devem atender às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

14.2. Todos os equipamentos utilizados pela CONTRATADA deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e conservação e deverão ser substituídos no prazo de até 12 (doze) horas, quando apresentarem falhas ou quando solicitado pela CONTRATANTE;

14.3. Os equipamentos a serem disponibilizados para execução dos serviços deverão atender às especificações e quantitativos constantes do Anexo IV;

14.4. Os equipamentos, independentemente da marca, deverão ser apresentados ao METRÔ- DF para teste e aprovação e, caso não sejam aprovados, deverão ser apresentados novos equipamentos no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da data da recusa.

15. TAREFAS DOS ENCARREGADOS DE JARDINAGEM

15.1. Supervisionar o serviço dos empregados sob sua responsabilidade, zelando pelo cumprimento de prazos, pela qualidade do serviço, providenciando a solução dos problemas, contatando os responsáveis sempre que os serviços forem considerados inadequados;

15.2. Controlar a pontualidade e a assiduidade dos empregados da CONTRATADA, providenciando a substituição sempre que necessário;

15.3. Comunicar à fiscalização, por escrito, quaisquer irregularidades;

15.4. Não permitir que empregados da CONTRATADA desempenhem, no horário de expediente, outras tarefas, alheias ao objeto contratado;

15.5. Zelar pela manutenção dos estoques de materiais da CONTRATADA em níveis adequados a assegurar a continuidade dos serviços;

15.6. Substituir imediatamente o empregado que não se apresentar limpo e asseado, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no aspecto de higiene pessoal;

15.7. Garantir o quantitativo de pessoal estabelecido, em caso de falta, licença ou férias de qualquer empregado acionar a CONTRATADA para realizar a reposição;

15.8. Proceder à revisão diária de todos os serviços executados;

15.9. Utilizar Livro de Passagem de Serviço ou Caderno de Acompanhamento similar para registrar todas as ocorrências referentes às faltas, atrasos, remanejamentos e substituições, além do controle de materiais e equipamentos, bem como manutenções e substituições destes;

15.10. Executar demais atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

16. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço global.

16.2. Na execução dos serviços deverão ser observados todos os itens constantes deste Termo de Referência, bem como a legislação e as normas vinculadas ao objeto;

16.3. A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará o acompanhamento diário da qualidade dos serviços com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de forma a garantir a qualidade destes, devendo comunicar ao METRÔ-DF, imediatamente, eventuais ocorrências.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Fornecer todos os uniformes e EPI's, com as especificações adequadas a cada natureza dos serviços contratados, observando todas as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, devendo substituí-los nos prazos estabelecidos e/ou quando necessário;

17.2. Fornecer Identidade Funcional aos seus empregados contendo:

17.2.1. Nome Completo;

17.2.2. Foto 3 x 4;

17.2.3. Cargo;

17.2.4. Descrição: A Serviço do METRÔ-DF

17.3. Garantir que todos os seus empregados se apresentem devidamente uniformizados e portando identidade funcional em local visível, quando da sua entrada nos respectivos postos de trabalho nas dependências do METRÔ-DF;

17.4. Os empregados da CONTRATADA e seus substitutos relacionados com a execução dos serviços, objeto desta contratação, deverão possuir capacidade, preparo e treinamento comprovado para o desempenho dos serviços contratados, reservando-se o METRÔ-DF o direito de exigir, sem nenhum ônus para si, que a CONTRATADA providencie, imediatamente, a substituição daqueles que não correspondam, por qualquer motivo, às exigências do serviço;

17.5. Providenciar treinamento em NR-10 para os empregados envolvidos na execução dos serviços diurnos, ou seja, que trabalharão com as vias energizadas;

17.6. Providenciar treinamento em NR-35 para os empregados envolvidos na execução dos serviços noturnos, ou seja, que trabalharão em altura superior a 02 (dois) metros;

17.7. Instruir e treinar seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do METRÔ-DF;

17.8. Selecionar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS e submetendo-os, tanto na admissão, como durante a vigência dos contratos de trabalho, a exames médicos e complementares, às suas expensas, apresentando-os sempre que lhe for solicitado pela Fiscalização;

17.9. Responsabilizar-se pela disciplina de seu pessoal durante a prestação dos serviços, comprometendo-se ainda a orientá-los quanto à manutenção do devido respeito e cortesia, seja no relacionamento com seus companheiros, seja com usuários ou empregados do METRÔ-DF;

17.10. Responsabilizar-se pelo repasse, a seu pessoal, de todas as informações referentes às Normas do METRÔ-DF.

17.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos Procedimentos e Normas do METRÔ-DF, por todo o seu pessoal, inclusive da Norma do METRÔ-DF 2GG.NO.002.00, que trata dos serviços de roço e capina, conforme ANEXO VII;

17.12. Atender, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as solicitações quanto a substituições de funcionários que porventura não correspondam a contento às atribuições afetas a eles ou cujas atitudes sejam consideradas inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do METRÔ-DF;

17.13. Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio do METRÔ-DF ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, responsabilizando-se pela correção do problema e arcando com o ônus decorrente de substituição do que for danificado;

17.14. Manter seus empregados com seguro contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais;

17.15. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais;

17.16. Garantir que os empregados registrem, pessoalmente, tanto o horário de entrada, quando do início de sua jornada de trabalho, como também o horário de saída, quando do fim da referida jornada, conforme normatização definida pelo METRÔ-DF;

17.17. Tomar todas as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados quando acidentados no trabalho ou quando acometidos de mal súbito, assumindo ainda, as responsabilidades, civil, penal, criminal e demais sanções legais decorrentes do descumprimento destas;

17.18. Atender a todas as recomendações do SESMT do METRÔ-DF, constantes no Anexo VI;

17.19. Providenciar os equipamentos e materiais de segurança individuais e coletivos, necessários à execução dos trabalhos, observando todas as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, ficando responsável por qualquer acidente que porventura ocorra em decorrência de execução dos serviços objeto desta contratação; a relação de Equipamentos de Proteção Individual consta no Anexo II;

17.20. Designar Técnico de Segurança do Trabalho para o acompanhamento dos serviços e, em conjunto com a área de Segurança do Trabalho do METRÔ-DF, participar das reuniões da CIPA, elaborar programas de treinamentos de forma a evitar acidentes e instruir seus empregados na interpretação de Mapas de Riscos Ambientais elaborados pela CIPA da CONTRATADA e do METRÔ-DF;

17.21. Encaminhar ao Gestor do contrato, quando solicitado, Cadastro Estatístico de Acidentes, acompanhado da Ficha de Investigação e Análise de Acidentes, ocorridos com seus empregados a serviço no METRÔ-DF;

17.22. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, for (em) vítima(s) o(s) seu(s) empregado(s) durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências do METRÔ-DF;

17.23. Fornecer todos os equipamentos, materiais e insumos, bem como Equipamentos de Proteção Individual nas quantidades suficientes e necessárias, com especificações adequadas, com qualidade e bom estado de conservação, conforme descritos neste Termo de Referência. Os custos de qualquer um dos itens de uniforme e Equipamentos de Proteção Individual não poderão ser repassados aos empregados;

17.24. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do METRÔ-DF;

17.25. Comunicar, imediatamente, ao Gestor do Contrato, eventuais defeitos nos equipamentos que prejudiquem a execução dos serviços, adotando as providências necessárias à correção dos defeitos;

17.26. Observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

17.27. Fornecer todo o material, equipamentos e utensílios necessários para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, previamente aprovados pelo METRÔ-DF;

17.28. Fornecer veículo com, no máximo 03 (três) anos de uso, no mínimo 12 (doze) lugares e potência maior ou igual a 120 (cento e vinte) cavalos, com fornecimento de combustível, para transporte dos empregados, equipamentos e materiais, conforme descrito no Anexo II;

17.28.1. O veículo deve ser caracterizado com a seguinte descrição: A Serviço do METRÔ-DF.

17.29. Fornecer garrafa térmica com capacidade de, no mínimo, 12 (doze) litros e copos descartáveis para a reidratação de seus empregados;

17.30. Utilizar de produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

17.31. Acondicionar todo o material e equipamentos em local apropriado indicado pelo METRÔ-DF, mantendo-os higienizados e organizados e deverá dispor, para armazenamento, estantes ou armários;

17.32. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até o local de trabalho, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como, nas situações onde se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

17.33. Depositar os valores relativos ao auxílio alimentação de seus empregados de uma única vez até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, sendo que os quantitativos / montantes deverão ser suficientes para cumprir com esses benefícios até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente;

17.34. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os seus empregados;

17.35. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento do FGTS e do INSS sempre que solicitado pelo executor do Contrato;

17.36. Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos. A CONTRATADA não poderá vincular o pagamento de valores devidos a seus funcionários (salários, 13º salários, férias, vale-transporte, auxílio-alimentação etc.) ao recebimento de créditos devidos pelo METRÔ-DF;

17.36.1. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores deverão oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB;

17.36.2. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS, os fiscais ou gestores de contratos deverão oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

17.37. Efetuar, obrigatoriamente, o pagamento dos salários de seus empregados por meio de depósito bancário, na conta desses, em agências situadas no Distrito Federal;

17.38. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

17.39. Nomear preposto responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento destes, fiscalizando e orientando a execução dos serviços. O preposto tem a obrigação de reportar-se, no prazo de até 02 (dois) úteis, quando houver necessidade, ao Gestor do Contrato, e deve ter poder de decisão, para atender de pronto as solicitações do METRÔ-DF e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas além de manter meio de comunicação de forma sempre acessível;

17.40. Apresentar, mensalmente, ao Gestor do Contrato, relação dos empregados demitidos, quando houver, e os respectivos comprovantes de acerto final, devidamente homologados pelos órgãos trabalhistas, assim como a lista atualizada dos empregados efetivos;

17.41. Executar os serviços de modo que não interfiram no bom andamento das atividades do METRÔ-DF;

17.42. Programar semanalmente os serviços a serem realizados junto à fiscalização do METRÔ-DF, a fim de conciliar suas atividades com as demais atividades executadas nas mesmas áreas no tocante às datas e horários de execução desses serviços;

17.43. Despender cuidados às atividades realizadas nas áreas ajardinadas de modo a não danificar os gramados, árvores e arbustos, sob pena de responder pelos danos que lhes causar seus agentes, arcando com o ônus decorrente de substituição do que for danificado;

17.44. Toda orientação formal relativa aos serviços, proveniente do METRÔ-DF, deverá ser fielmente acatada pela Contratada;

17.45. Devido às peculiaridades do METRÔ-DF, no intuito de evitar acidentes, os empregados substitutos (cobertura) devem ter treinamento específico para o trabalho nos postos a serem alocados;

17.46. Todos os empregados a serem alocados na prestação dos serviços, efetivos, substitutos (cobertura) – devem ser cadastrados junto ao Gestor do Contrato. Não será permitido que qualquer empregado não cadastrado preste serviço nas dependências do METRÔ-DF;

17.47. Qualquer ônus referente ao deslocamento de empregados substitutos (cobertura) será de responsabilidade da Contratada;

17.48. Para a cobertura, em casos de falta, será dada a tolerância de até 60 (sessenta) minutos. Esse tempo começa a ser computado desde o horário de entrada;

17.48.1. Os atrasos superiores a 30 minutos serão devidamente descontados;

17.49. Fornecer, no início do ajuste e sempre que solicitado, arquivo, em formato digital, contendo matrícula, nome, CPF, RG, função exercida, data de admissão, salário base, adicionais, benefícios, horário e lotação de todos os empregados diretamente relacionados ao contrato;

17.50. Obedecer ao disposto na Lei n° 3.517, de 27 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n° 26.376, de 17 de novembro de 2005, que trata da coleta seletiva de lixo nos órgãos e entidades do Poder Público, no âmbito do Distrito Federal;

17.51. Proceder com a identificação e acondicionamento dos resíduos conforme consta na Instrução Normativa n° 089, de 23 de setembro de 2016, nos locais a serem indicados pelo METRÔ-DF, bem como obedecer ao disposto na Lei n° 5.610/2016, regulamentada pelo Decreto nº 37.568/2016;

17.52. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº. 1, de 19 de janeiro de 2010 SLTI/MPOG, no que couber;

17.53. A CONTRATADA deve fornecer plano de saúde para os empregados em consonância com as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme a Lei Distrital n° 4799/2012;

17.54. Apresentar, a cada ano, a renovação da licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária - Secretaria de Saúde, conforme Lei Distrital nº 3.978, de 29 de março de 2007;

17.55. Apresentar, sempre que solicitado, documento comprobatório das manutenções dos equipamentos, conforme determinado no manual;

17.56. Executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidade para terceiros ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;

17.57. Executar os serviços de catação ao longo das vias e plataformas do METRÔ-DF, assim como em qualquer outro local, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;

17.58. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

17.59. As normas constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como outras normas previstas em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. Informar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

18.2. Fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela CONTRATADA;

18.3. Indicar as áreas onde os serviços serão executados tanto pelos operadores de roçadeira como pelos encarregados;

18.4. Solicitar que os serviços sejam refeitos quando não considerados adequados;

18.5. Destinar local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

18.6. Disponibilizar instalações sanitárias nas Estações Operacionais e no Centro Administrativo e Operacional;

18.7. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na legislação em vigor.

19. GERENCIAMENTO

19.1. O gerenciamento e a execução dele decorrente ficarão a cargo do Gestor e/ou Comissão Executora, bem como Fiscais técnicos e Administrativos a serem designados por meio de instrução de serviços emitida pela Presidência do METRÔ-DF.

20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

20.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n° 8.666/93.

21. DO PAGAMENTO

21.1. Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual e, após Autorização de Faturamento pela Contratante, a Contratada emitirá Nota Fiscal que, seguida da devida atestação pelo gestor do contrato, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente, em nome do beneficiário;

21.2. O Gestor do contrato emitirá uma Autorização de Faturamento, juntamente com uma memória de cálculo, com os valores dos postos ativos;

21.3. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal dos serviços prestados, os seguintes documentos, relativos aos empregados disponibilizados para prestação dos serviços, sem os quais não será liberado o pagamento:

21.3.1. Cópia da folha de pagamentos dos empregados, bem como resumo e contracheques devidamente quitados;

21.3.2. Comprovantes dos pagamentos de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos empregados vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências do METRÔ-DF, inclusive em caráter temporário;

21.3.3. Cópias dos recibos de entrega dos uniformes;

21.3.4. Cópia dos recibos dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias e indenizatórias, relativos ao mês de ocorrência desses eventos;

21.3.5. Comprovante de pagamento das 1ª e 2ª parcelas do 13º salário de todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços, referentes aos meses de adimplemento dessas obrigações;

21.3.6. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), representada e acompanhada pela seguinte documentação:

a. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

b. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE, que conste todos os empregados vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências do METRÔ-DF, inclusive em caráter temporário, durante esse período;

c. Cópia da Relação de Tomadores/Obras – RET do METRÔ – DF e do resumo da empresa;

d. Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP – Tomador/Obra;

e. Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;

f. Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, no valor apurado na GFIP;

g. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, no valor apurado na GFIP. A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP;

21.4. Os documentos acima (item 21.1) deverão referir-se ao mês imediatamente anterior àquele da nota fiscal de prestação dos serviços;

21.5. O CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados;

21.6. Quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário o encaminhamento dos exames médicos admissionais e demissionários dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho, com os registros feitos pela empresa e, nos casos de demissão, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, devidamente homologados pelo Sindicato dos Trabalhadores, das notificações de Aviso Prévio, da Guia do Recolhimento Rescisório do FGTS, com demonstrativo do Trabalhador de recolhimento de tal encargo e respectivo extrato atualizado do FGTS;

21.7. Para fins de liquidação e pagamento, apresentar junto com as Notas Fiscais, as cópias dos seguintes documentos:

21.7.1. Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Distrital;

21.7.2. Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

21.7.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

21.7.4. Relação dos materiais fornecidos no período, acompanhada das respectivas Notas Fiscais de Remessa e comprovantes de recebimento pelo METRÔ-DF.

22. DA VISTORIA

22.1. As licitantes poderão visitar os locais onde os serviços serão executados, a fim de obter, para sua própria utilização, todas as informações necessárias para formulação de sua proposta;

22.2. A vistoria deverá ser agendada, impreterivelmente até 03 (três) dias úteis, antes da entrega das propostas, da seguinte forma:

Local: Complexo Administrativo e Operacional – CAO
Endereço: Avenida Jequitibá, nº 155 – Águas Claras – Brasília/DF
Divisão de Serviços de Apoio – ADSA
Telefone: (61) 3353 7182 / (61) 3353 7136;

22.3. As licitantes deverão, preferencialmente, enviar representantes responsáveis técnicos comprovados através de certidão do Conselho Regional de Administração, para participar da vistoria e elaboração das Planilhas de Composição de Custos que deverá ser entregue junto com a proposta comercial;

22.4. Todos os custos associados com a visita aos locais dos serviços, assim como quaisquer outras despesas com a elaboração da proposta, serão de responsabilidade da licitante;

22.5. A vistoria será acompanhada por representante do METRÔ-DF;

22.6. Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria, a ausência de apresentação da declaração de vistoria, conforme previsto no Anexo XI, não implicará na desclassificação da licitante vencedora, entretanto ela não poderá alegar posteriormente desconhecimento dos locais, condições e grau de dificuldade existentes para eximir-se das obrigações assumidas.

23. PROPOSTA

23.1. Na proposta deverão ser consideradas todas as despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal envolvido na prestação dos serviços, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios, insumos e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os serviços;

23.2. As propostas deverão ter prazo de validade de 60 (sessenta) dias;

23.3. As licitantes deverão preencher as respectivas propostas em conformidade com o modelo constante no Anexo XII, adaptadas, quando for o caso, ao seu regime de tributação;

23.4. As planilhas de custos e formação de preços deverão ser entregues e analisadas no momento da aceitação do lance vencedor, momento no qual poderão ser ajustadas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto pela licitante;

23.5. As propostas deverão contemplar todos os benefícios e demais auxílios previstos nos acordos e convenção coletiva da categoria vigente. No objeto em questão considera-se a CCT 2017/2017 – SEAC X SINDSERVIÇOS/DF;

23.6. Nas planilhas de composição de custos deverão constar os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente, relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como: INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Riscos Ambientais do Trabalho – RAT, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros);

23.7. No item relativo aos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) das Planilhas de Custos e Formação de Preços, deverá ser considerado o Fator Acidentário de Prevenção – FAP relativo ao seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social – MPS. A ser comprovado no envio de sua proposta, adequada ao lance vencedor do certame, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo, sendo que o não atendimento acarretará a desclassificação da proposta da licitante;

23.8. Deverá ser informado o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, consoante as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, e Lei Complementar nº 123/2006, no caso de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional;

23.9. O valor global máximo aceito para os serviços é o constante do Anexo I, nos termos dos arts. 40, X e 48, II da Lei nº 8.666/93.

24. DAS PLANILHAS DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

24.1. As planilhas de custo e formação de preços deverão seguir fielmente o modelo apresentado pelo METRÔ-DF, com as devidas Memórias de Cálculo, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento;

24.1.1. O item Aviso Prévio Trabalhado será zerado após o primeiro ano de vigência do contrato, por se tratar de custo não renovável.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

25.1. O valor estimado para contratação será de R$ 1.576.445,28 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses, já considerando todos os impostos e taxas;

25.2. Foi adotado, apenas para fins de estimativa dos preços dos serviços, o regime de tributação pelo Lucro Real, devendo a licitante quando da confecção de sua proposta observar o seu regime tributário;

25.3. O valor mensal estimado para a contratação encontra-se detalhado nos Anexos I, II, III e IV.

26. DA CONTA VINCULADA

26.1. Nos termos do Decreto nº 34.649, de 10/09/2013, Lei Distrital nº 4.636, de 23/08/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313, de 18/02/2014, os valores destinados às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, décimo – terceiro e multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por dispensa sem justa causa serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em Conta Corrente Vinculada;

26.2. Os valores retidos mensalmente serão depositados na conta vinculada respectiva no Banco de Brasília S/A – BRB e remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no Acordo de Cooperação Técnica, a ser firmando entre o Contratante e o BRB, previsto no art. 7º do Decreto Distrital nº 34.649/13, adotando-se o índice de maior rentabilidade;

26.3. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado após a autorização do CONTRATANTE, mediante comprovação da ocorrência de qualquer situação que gere o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/13;

26.4. Quando do encerramento do contrato, o saldo da conta vinculada somente será liberado à Contratada mediante autorização do Contratante;

26.5. A memória de cálculo dos valores a serem destinados mensalmente à Conta Vinculada consta no Anexo III;

26.6. As disposições contidas nesta Cláusula serão efetivamente aplicadas quando o Banco de Brasília S/A (BRB) estiver apto a operacionalizar a conta vinculada de que trata a Lei Distrital nº 4.636/2011 e o Decreto Distrital nº 34.649/2013.

27. REAJUSTE / REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

27.1. Os valores contratados referentes aos equipamentos e materiais, sob demanda, poderão ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro que vier substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta;

27.2. Os valores referentes à mão de obra poderão ser repactuados, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses da das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir;

27.3. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado a partir:

27.4. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

27.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

27.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

28. FISCALIZAÇÃO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelos fiscais técnicos e fiscais administrativos, os quais deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

28.2. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do METRÔ-DF:

28.2.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas;

28.2.2. Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelo fabricante dos equipamentos, ou ainda esteja em desacordo com as especificações do objeto contratado ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do METRÔ-DF.

29. PENALIDADES

29.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no Decreto Distrital N.º 26.851/06 e suas alterações;

29.2. Sobre o valor da fatura a ser paga pelo CONTRATANTE poderá incidir multa à CONTRATADA por descumprimento das suas obrigações, a ser descontada da fatura mensal, uma vez comunicada oficialmente e garantida à ampla defesa e contraditório;

29.3. Para efeito de aplicação das sanções deste item considera-se a data dos fatos a serem apurados para a definição da competência do valor da fatura a ser considerado.

Item	TABELA DE INFRAÇÕES
GRAU 1	
0,2 % (DOIS DÉCIMOS POR CENTO)	
1	Deixar de manter seus funcionários uniformizados, portando crachá de identificação, por funcionário identificado sem as características citadas;
2	Deixar de apresentar, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos funcionários, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho, quando solicitado pelo Executor do Contrato;
3	Deixar de comunicar ao Gestor do Contrato, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência os afastamentos de seus empregados decorrentes de férias, por funcionário;
4	Deixar de respeitar normas e regulamentos do CONTRATANTE, especialmente as normas de segurança, por ocorrência comprovada;
5	Deixar de substituir o funcionário em caso de falta ao serviço, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, por ocorrência comprovada.
GRAU 2	
0,4 % (QUATRO DÉCIMOS POR CENTO)	
6	Deixar de selecionar e treinar os funcionários alocados à prestação dos serviços, por funcionário;
7	Deixar de fiscalizar regularmente os funcionários e verificar as condições em que o serviço está sendo prestado, por ocorrência comprovada;
8	Deixar de fornecer uniformes completos para cada funcionário, sujeitos à aprovação do Contratante, por funcionário, a cada período de entrega de uniforme;
9	Deixar de repor, no prazo máximo de 12 (doze) horas, o equipamento que não apresente condições ideais de uso, por solicitação não atendida;
10	Deixar de repor, mediante solicitação do Executor e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o material danificado, por solicitação não atendida;
11	Deixar de refazer, sem acréscimo ao preço contratado, os serviços considerados INADEQUADOS pela fiscalização do Contrato, por serviço não realizado.
GRAU 3	
0,8 % (OITO DÉCIMOS POR CENTO)	
12	Deixar de indicar preposto, distinto dos Encarregados, investido de poderes para solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato;
13	Deixar de substituir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os empregados que descumprirem normas disciplinares do METRÔ-DF, por empregado;
14	Deixar de tomar as medidas necessárias, por meio de seus Encarregados, para socorrer empregados acidentados ou com mal súbito, por ocorrência.

GRAU 4	
1,5 % (UM VÍRGULA CINCO DÉCIMOS POR CENTO)	
15	Deixar de manter estoque suficiente para consumo mensal do material necessário para a prestação dos serviços, por mês;
16	Deixar de recompor o valor total da garantia contratual no prazo estipulado.

30. DA GARANTIA CONTRATUAL

30.1. Será exigida da licitante vencedora a apresentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do termo contratual, de garantia em favor da CONTRATANTE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades, conforme legislação vigente:

30.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;

30.1.2. Seguro-garantia;

30.1.3. Fiança bancária;

30.2. O prazo de vigência da garantia deverá ser acrescido em 03 (três) meses, após o término do prazo de vigência contratual;

30.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, só será aceita caso assegure o pagamento de:

30.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

30.3.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

30.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

30.3.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

30.4. Para a garantia do contrato, caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, os mesmos deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001;

30.5. A inobservância do prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura do termo contratual fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

30.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

30.7. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir;

30.7.1. A autorização contida neste subitem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal;

30.8. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

30.8.1. Caso a CONTRATADA não efetive o cumprimento dessa obrigação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008;

30.9. A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado;

30.10. A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, o que também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas;

30.11. Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes no art. 57, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, tomando-se por base o valor atualizado do contrato;

30.12. No caso de utilização da garantia a CONTRATADA providenciará seu reforço no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo e/ou valor da garantia, em caso de prorrogação e/ou aditamento contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento de notificação, prorrogável a critério do CONTRATANTE;

30.13. No caso de a CONTRATADA não cumprir o disposto no item anterior, poderá ter os pagamentos retidos até a regularização da situação, podendo inclusive ter o contrato rescindido;

30.14. Por ocasião do reajustamento/repactuação de preços, caso previsto, a CONTRATADA providenciará, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Termo Aditivo, o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido, com prazo de vigência igual à garantia anterior.

31. RESCISÃO CONTRATUAL

31.1. Apresentar, quando da rescisão desse Contrato ou quando do fim da sua vigência, para cada empregado envolvido na prestação dos serviços, cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados:

31.1.1. Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho caso tenha sido rompido o vínculo empregatício ou comprovante que o empregado foi realocado pela CONTRATADA dentro da própria empresa, caso mantido o vínculo empregatício;

31.1.2. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados;

31.1.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;

31.1.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

31.1.5. Comprovante de regularidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, nos termos da Lei nº 4.923/65 e do Decreto nº 76.900/75);

31.1.6. A contratada poderá optar pela entrega de cópias não autenticadas, desde que acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento;

31.1.7. Caso o Gestor do Contrato entenda que a documentação comprobatória enviada pela CONTRATADA seja insuficiente ou inadequada para atender à determinada cláusula contratual ou exigência feita por ele, esta será recusada e a CONTRATADA deverá apresentar novos comprovantes, seguindo recomendações do Gestor do Contrato;

31.2. Até que a contratada comprove o disposto no item 32.1, o gestor deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, haja vista a

implicação da responsabilidade subsidiária do CONTRATANTE (art. 71 da Lei nº 8.666/1993 e Enunciado nº 331 do TST);

31.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito à atualização monetária.

32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o METRÔ-DF à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o METRÔ-DF venha a arcar em qualquer época, em decorrência de tais ações, reivindicações ou reclamações;

32.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme dispõe o parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei Federal no 8.666/93;

32.3. Todos os materiais, sob demanda, e equipamentos a serem disponibilizados para prestação dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA;

32.4. É importante salientar que, se porventura, alguma situação não prevista neste Termo de Referência ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e pela Instrução Normativa nº 002/2008 – SLTI/MPOG.

Elaborado Data: / /2017. _____ Esdras Alves da Silva Coordenador Setorial - ADSA	Elaborado Data: / /2017. _____ Anderson Ferreira Soares Chefe da Divisão de Serviços de Apoio
Revisado Data: / /2017. _____ Jorge Alexandria Chefe do Departamento Administrativo	
Aprovado Data: / /2017. _____ Luiz Gustavo de Andrade Diretor de Administração	

ANEXOS

ANEXO I	CUSTO DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
ANEXO II	PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO
ANEXO III	ESTIMATIVA DE VALORS MENSAIS A SEREM DESTINADOS À CONTA VINCULADA
ANEXO IV	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (SOB DEMANDA)
ANEXO V	MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS
ANEXO VI	SESMT – METRÔ-DF
ANEXO VII	NORMA ORGANIZACIONAL 2GG.NO.002.00
ANEXO VIII	ÁREAS DAS EDIFICAÇÕES
ANEXO IX	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA
ANEXO X	MODELOS DE PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

CUSTO DE ÃO

CUSTO DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	SUB TOTAL	TOTAL
SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA					**A**	R$ 76.862,78
1.1	Operador de Roçadeira diurno 44h	Mês	10	R$ 3.090,20	R$ 30.902,00	
1.2	Operador de Roçadeira Noturno 44h	Mês	10	R$ 3.544,72	R$ 35.447,20	
1.6	Encarregado diurno 44h	Mês	1	R$ 4.877,26	R$ 4.877,26	
1.7	Encarregado noturno 44h	Mês	1	R$ 5.636,32	R$ 5.636,32	
MATERIAL DE CONSUMO DE LIMPEZA SOB DEMANDA					**B**	R$ 14.295,42
1.12	Material de Consumo sob demanda	Mês	1		R$ 14.295,42	
DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					**C**	R$ 6.798,45
1.13	Disponibilização de Equipamentos	Mês	1		R$ 6.798,45	
2	**BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS**					R$ 33.413,79
2.1	Despesas Administrativas	**5,00%**		R$ 4.897,83	**D**	R$ 4.897,83
2.2	Lucro	**10,00%**		R$ 9.795,67	**E**	R$ 9.795,67
2.3	**Impostos e Contribuições Sociais Sobre o Faturamento**			**T0 =**	**14,25%**	R$ 18.720,29
	ISS	**5,00%**				
	COFINS	**7,60%**				
	PIS	**1,65%**				

CÁLCULO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (P1)		
TRIBUTOS (%)/100 = T0	**14,25%**	
P0 = (A+B+C+D+E)	**R$**	**112.650,15**
P1=P0/(1-T0)	**R$**	**131.370,44**
TRIBUTOS = P1-P0	**R$**	**18.720,29**
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO	**R$**	**131.370,44**
VALOR GLOBAL ESTIMADO (12 MESES)	**R$**	**1.576.445,28**

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

PLANILH **O**

Composição do Custo da Mão de Obra

Resumo - Planilha de Custos				
Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação, Roço e Capina e Coperagem				
Tipo	**Jornada**	**Qtde**	**Valor unit.**	**Valor mensal**
Operador de Roçadeira Diurno	**44h**	10	R$ 3.090,20	R$ 30.902,00
Operador de Roçadeira Noturno	**44h**	10	R$ 3.544,72	R$ 35.447,20
Encarregado Diurno	**44h**	1	R$ 4.877,26	R$ 4.877,26
Encarregado Noturno	**44h**	1	R$ 5.636,32	R$ 5.636,32
TOTAL MENSAL		**22**		**R$ 76.862,78**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Operador Diurno - 44h			
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Salário Base		**R$ 1.158,93**
2	Adicional Noturno		
3	Adicional Periculosidade		
4	Adicional Insalubridade		
5	Outros		
Total da Remuneração - Módulo 1			**R$ 1.158,93**
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
1	Vale Transporte		R$ 209,20
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		R$ (69,54)
3	Auxílio Alimentação		R$ 617,14
4	Auxílio Morte/Funeral		R$ 1,50
5	Plano de Saúde		R$ 170,00
6	Assistência Odontológica		R$ 5,00
7	Desconto Assistêncial Patronal		R$ 0,83
Total de Benefícios Mensais e Diários			**R$ 934,13**
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS			
1	Uniformes		**R$ 44,88**
2	EPI		**R$ 130,56**
Total Insumos Diversos			**R$ 175,44**
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**
1	INSS	20,00%	R$ 231,79
2	SESI/SESC/SEST	1,50%	R$ 17,38
3	SENAI/SENAC/SENAT	1,00%	R$ 11,59
4	INCRA	0,20%	R$ 2,32
5	Salário Educação	2,50%	R$ 28,97
6	FGTS	8,00%	R$ 92,71
7	RAT x FAP	3,00%	R$ 34,77
8	SEBRAE	0,60%	R$ 6,95
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**36,80%**	**R$ 426,48**
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias			
1	13º Salário	8,33%	R$ 96,54
2	Adicional de Férias	2,78%	R$ 32,22
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,09%	R$ 47,40
Total 13º Salário e Adicional de Férias		**15,20%**	**R$ 176,16**
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade			
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade	0,07%	R$ 0,81
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais	0,03%	R$ 0,35
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade	0,25%	R$ 2,90
Total Afastamento Maternidade		**0,35%**	**R$ 4,06**
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão			
1	Aviso Prévio Indenizado	0,35%	R$ 4,06
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,13%	R$ 1,51
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	0,02%	R$ 0,23
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa	4,00%	R$ 46,36
5	Indenização Adicional	0,08%	R$ 0,93
Total Provisão para Rescisão		**4,58%**	**R$ 53,09**
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente			
1	Férias	8,33%	R$ 96,54
2	Ausência por Doença	1,15%	R$ 13,33
3	Licença Paternidade	0,02%	R$ 0,23
4	Ausências Legais	0,28%	R$ 3,25
5	Ausência por Acidente do Trabalho	0,33%	R$ 3,82
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R$ 1,16
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente	3,76%	R$ 43,58
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente		**13,97%**	**R$ 161,91**
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4		**70,90%**	**R$ 821,70**
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			**R$ 3.090,20**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS				
Encarregado Diurno - 44h				
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**	
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Salário Base		**R$**	**2.242,66**
2	Adicional Noturno			
3	Adicional Periculosidade			
4	Adicional Insalubridade			
5	Outros - Súmula 444/2012 TST			
Total da Remuneração - Módulo 1			**R$**	**2.242,66**
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
1	Vale Transporte		R$	209,20
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		R$	(134,56)
3	Auxílio Alimentação		R$	617,14
4	Auxílio Morte/Funeral		R$	1,50
5	Plano de Saúde		R$	170,00
6	Assistência Odontológica		R$	5,00
7	Desconto Assistêncial Patronal		R$	0,83
Total de Benefícios Mensais e Diários			**R$**	**869,11**
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS				
1	Uniformes		**R$**	**44,88**
2	EPI		**R$**	**130,56**
Total Insumos Diversos			**R$**	**175,44**
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**	
1	INSS	20,00%	R$	448,53
2	SESI/SESC/SEST	1,50%	R$	33,64
3	SENAI/SENAC/SENAT	1,00%	R$	22,43
4	INCRA	0,20%	R$	4,49
5	Salário Educação	2,50%	R$	56,07
6	FGTS	8,00%	R$	179,41
7	RAT x FAP	3,00%	R$	67,28
8	SEBRAE	0,60%	R$	13,46
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**36,80%**	**R$**	**825,31**
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias				
1	13º Salário	8,33%	R$	186,81
2	Adicional de Férias	2,78%	R$	62,35
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,09%	R$	91,72
Total 13º Salário e Adicional de Férias		**15,20%**	**R$**	**340,88**
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade				
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade	0,07%	R$	1,57
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais	0,03%	R$	0,67
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade	0,25%	R$	5,61
Total Afastamento Maternidade		**0,35%**	**R$**	**7,85**
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão				
1	Aviso Prévio Indenizado	0,35%	R$	7,85
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,13%	R$	2,92
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	0,02%	R$	0,45
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa	4,00%	R$	89,71
5	Indenização Adicional	0,08%	R$	1,79
Total Provisão para Rescisão		**4,58%**	**R$**	**102,72**
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente				
1	Férias	8,33%	R$	186,81
2	Ausência por Doença	1,15%	R$	25,79
3	Licença Paternidade	0,02%	R$	0,45
4	Ausências Legais	0,28%	R$	6,28
5	Ausência por Acidente do Trabalho	0,33%	R$	7,40
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R$	2,24
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente	3,76%	R$	84,32
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente		**13,97%**	**R$**	**313,29**
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4		**70,90%**	**R$**	**1.590,05**
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			**R$**	**4.877,26**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS				
Operador Noturno - 44h				
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**	
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Salário Base		**R$**	**1.158,93**
2	Adicional Noturno	20,00%	R$	189,00
3	Adicional Periculosidade			
4	Adicional Insalubridade			
5	Outros			
Total da Remuneração - Módulo 1			**R$**	**1.347,93**
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
1	Vale Transporte		R$	242,50
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		R$	(69,54)
3	Auxílio Alimentação		R$	715,38
4	Auxílio Morte/Funeral		R$	1,50
5	Plano de Saúde		R$	170,00
6	Assistência Odontológica		R$	5,00
7	Desconto Assistêncial Patronal		R$	0,83
Total de Benefícios Mensais e Diários			**R$**	**1.065,67**
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS				
1	Uniformes		**R$**	**44,88**
2	EPI		**R$**	**130,56**
Total Insumos Diversos			**R$**	**175,44**
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**	
1	INSS	20,00%	R$	269,59
2	SESI/SESC/SEST	1,50%	R$	20,22
3	SENAI/SENAC/SENAT	1,00%	R$	13,48
4	INCRA	0,20%	R$	2,70
5	Salário Educação	2,50%	R$	33,70
6	FGTS	8,00%	R$	107,83
7	RAT x FAP	3,00%	R$	40,44
8	SEBRAE	0,60%	R$	8,09
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**36,80%**	**R$**	**496,05**
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias				
1	13º Salário	8,33%	R$	112,28
2	Adicional de Férias	2,78%	R$	37,47
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,09%	R$	55,13
Total 13º Salário e Adicional de Férias		**15,20%**	**R$**	**204,88**
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade				
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade	0,07%	R$	0,94
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais	0,03%	R$	0,40
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade	0,25%	R$	3,37
Total Afastamento Maternidade		**0,35%**	**R$**	**4,71**
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão				
1	Aviso Prévio Indenizado	0,35%	R$	4,72
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,13%	R$	1,75
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	0,02%	R$	0,27
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa	4,00%	R$	53,92
5	Indenização Adicional	0,08%	R$	1,08
Total Provisão para Rescisão		**4,58%**	**R$**	**61,74**
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente				
1	Férias	8,33%	R$	112,28
2	Ausência por Doença	1,15%	R$	15,50
3	Licença Paternidade	0,02%	R$	0,27
4	Ausências Legais	0,28%	R$	3,77
5	Ausência por Acidente do Trabalho	0,33%	R$	4,45
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R$	1,35
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente	3,76%	R$	50,68
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente		**13,97%**	**R$**	**188,30**
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4		**70,90%**	**R$**	**955,68**
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			**R$**	**3.544,72**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS				
Encarregado Noturno - 44h				
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**	
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Salário Base		**R$**	**2.242,66**
2	Adicional Noturno	20,00%	R$	367,20
3	Adicional Periculosidade		-	
4	Adicional Insalubridade		-	
5	Outros - Súmula 444/2012 TST		-	
Total da Remuneração - Módulo 1			**R$**	**2.609,86**
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
1	Vale Transporte		R$	242,50
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		R$	(134,56)
3	Auxílio Alimentação		R$	715,38
4	Auxílio Morte/Funeral		R$	1,50
5	Plano de Saúde		R$	170,00
6	Assistência Odontológica		R$	5,00
7	Desconto Assistêncial Patronal		R$	0,83
Total de Benefícios Mensais e Diários			**R$**	**1.000,65**
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS				
1	Uniformes		**R$**	**44,88**
2	EPI		**R$**	**130,56**
Total Insumos Diversos			**R$**	**175,44**
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**	
1	INSS	20,00%	R$	521,97
2	SESI/SESC/SEST	1,50%	R$	39,15
3	SENAI/SENAC/SENAT	1,00%	R$	26,10
4	INCRA	0,20%	R$	5,22
5	Salário Educação	2,50%	R$	65,25
6	FGTS	8,00%	R$	208,79
7	RAT x FAP	3,00%	R$	78,30
8	SEBRAE	0,60%	R$	15,66
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**36,80%**	**R$**	**960,44**
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias				
1	13º Salário	8,33%	R$	217,40
2	Adicional de Férias	2,78%	R$	72,55
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,09%	R$	106,74
Total 13º Salário e Adicional de Férias		**15,20%**	**R$**	**396,69**
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade				
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade	0,07%	R$	1,83
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais	0,03%	R$	0,78
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade	0,25%	R$	6,52
Total Afastamento Maternidade		**0,35%**	**R$**	**9,13**
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão				
1	Aviso Prévio Indenizado	0,35%	R$	9,13
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,13%	R$	3,39
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	0,02%	R$	0,52
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa	4,00%	R$	104,39
5	Indenização Adicional	0,08%	R$	2,09
Total Provisão para Rescisão		**4,58%**	**R$**	**119,52**
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente				
1	Férias	8,33%	R$	217,40
2	Ausência por Doença	1,15%	R$	30,01
3	Licença Paternidade	0,02%	R$	0,52
4	Ausências Legais	0,28%	R$	7,31
5	Ausência por Acidente do Trabalho	0,33%	R$	8,61
6	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	R$	2,61
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente	3,76%	R$	98,13
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente		**13,97%**	**R$**	**364,59**
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4		**70,90%**	**R$**	**1.850,37**
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			**R$**	**5.636,32**

CÁLCULO VALE TRANSPORTE

NOTURNO

MÊS	DIAS	FOLGAS / SÁBADOS	FOLGAS / DOMINGOS	PREVISÃO DE FERIADOS	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/ANO	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/MÊS
jan	31	4	1	1		
fev	28	4	1	0		
mar	31	4	1	1		
abr	30	5	1	1		
mai	31	4	1	1		
jun	30	4	1	0		
jul	31	5	1	0		
ago	31	4	1	0		
set	30	5	1	1		
out	31	4	1	1		
nov	30	4	1	3		
dez	31	5	1	1		
TOTAL	**365**	**52**	**12**	**10**	**291**	**24,25**

DIURNO

MÊS	DIAS	FOLGAS / SÁBADOS	FOLGAS / DOMINGOS	PREVISÃO DE FERIADOS	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/ANO	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/MÊS
jan	31	4	4	1		
fev	28	4	4	0		
mar	31	4	4	0		
abr	30	5	5	2		
mai	31	4	4	1		
jun	30	4	4	0		
jul	31	5	5	0		
ago	31	4	4	0		
set	30	5	4	1		
out	31	4	5	1		
nov	30	4	4	3		
dez	31	5	5	1		
TOTAL	**365**	**52**	**52**	**10**	**251**	**20,92**

Posto	Estimativa de Dias Efetivamente Trabalhados por MÊS	Trecho IDA	Trecho Volta	Valor Diário	Valor Mensal
44h Domingo a Sexta	24,25	Cidade Satélite até Posto de Trabalho METRÔ-DF	Posto de Trabalho METRÔ-DF para Cidade Satélite	R$ 10,00	242,50
44h Segunda a Sexta	20,92	Cidade Satélite até Posto de Trabalho METRÔ-DF	Posto de Trabalho METRÔ-DF para Cidade Satélite	R$ 10,00	209,20

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

EPI ROÇO E CAPINA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	TOTAL MENSAL	REPOSIÇÃO
AVENTAL DE RASPA PARA PROTEÇÃO DO ROÇADOR, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO CURTIDO AO CROMO	20	R$ 24,21	R$ 80,70	SEMESTRAL
BONÉ TIPO TOUCA ÁRABE PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA E DO DORSO CONTRA AGENTES TÉRMICOS	11	R$ 36,14	R$ 66,26	SEMESTRAL
BONÉ TIPO ROÇADOR, CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM TELA CONFECCIONADA EM NYLON	20	R$ 45,32	R$ 151,07	SEMESTRAL
BOTA DE SEGURANÇA PARA ROÇADOR (TIPO ELETRICISTA), CONFECCIONADA EM VAQUETA LISA CURTIDA AO CROMO OU EM TECIDO MICROFIBRA DE MICRO FILAMENTOS EM POLIAMIDA, POLIÉSTER E VISCOSE.	22	R$ 39,60	R$ 145,20	SEMESTRAL
CANELEIRAS DE RASPA PARA ROÇADOR, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO CURTIDO AO CROMO	20	R$ 35,88	R$ 119,60	SEMESTRAL
CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC	22	R$ 15,84	R$ 58,08	SEMESTRAL
CAPACETE DE SEGURANÇA V GUARD, MODELO TIPO JOCKEY, COM CASCO MOLDADO EM POLIETILENO, NA COR BRANCA	22	R$ 13,11	R$ 48,07	SEMESTRAL
CINTO DE TRÊS PONTAS PARA ROÇADOR	20	R$ 117,13	R$ 390,43	SEMESTRAL
CINTURÃO DE SEGURANÇA - TIPO PARAQUEDISTA, CONFECCIONADO EM FITA DE CADARÇO DE POLIÉSTER DE 50MM DE LARGURA, COM 3 PONTOS DE ANCORAGEM	20	R$ 135,36	R$ 451,20	SEMESTRAL
COLETE REFLETIVO, CONFECCIONADO COM PELÍCULA DE PVC DE 60MM DE LARGURA, NA COR LARANJA CÍTRICA REFLETIVA	22	R$ 16,89	R$ 61,93	SEMESTRAL
CORDA DE RAPEL PARA ROÇADOR (METRO)	200	R$ 8,10	R$ 270,00	SEMESTRAL
LUVA ISOLANTE DE BORRACHA PARA ELETRICISTA, CLASSE 0, TENSÃO MÁXIMA 1000V	2	R$ 179,19	R$ 29,87	ANUAL
LUVA DE RASPA COBERTURA EM VAQUETA	20	R$ 39,22	R$ 130,73	SEMESTRAL
LUVA TRICOTADA, CONFECCIONADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER	20	R$ 2,20	R$ 7,33	SEMESTRAL
MANGOTE DE RASPA PARA ROÇADOR (PAR), CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO CURTIDO AO CROMO	20	R$ 24,08	R$ 80,27	SEMESTRAL
MÁSCARA DESCARTÁVEL RESPIRATÓRIA FILTRANTE CLASSE PFF1 (UNIDADE)	80	R$ 2,63	R$ 210,40	MENSAL
OCULOS DE PROTEÇÃO, COM AMPLA VISÃO, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO	22	R$ 9,92	R$ 36,37	SEMESTRAL
PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	22	R$ 33,09	R$ 121,33	SEMESTRAL
PROTETOR FACIAL COM VISEIRA ARTICULADA CONFECCIONADA EM TELA DE POLÍMERO	20	R$ 41,92	R$ 139,73	SEMESTRAL
TALABARTE DE SEGURANÇA DUPLO EM FORMA DE "Y", COM ABSORVEDOR DE IMPACTO E TRÊS MOSQUETÕES. TALABARTE CONFECCIONADO EM CADARÇO DE POLIAMIDA, COM LARGURA DE 40MM, NA COR AMARELA. ABSORVEDOOR DE IMPACTO CONFECCIONADO EM FITA DE POLIAMIDA. MOSQUETÕES CONFECCIONADOS EM AÇO CARBONO SAE 1045, POLIDOS, CROMADOS E DOTADOS DE DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA, SENDO DOIS COM ABERTURA ENTRE 53 E 60MM E UM COM ABERTURA DE 20MM	5	R$ 155,71	R$ 129,76	SEMESTRAL
TRAVA QUEDAS PARA CORDA	5	R$ 172,82	R$ 144,02	SEMESTRAL

TOTAL MENSAL ESTIMADO	**R$ 2.872,35**
VALOR ESTIMADO POR EMPREGADO	**R$ 130,56**

ESTIMATIVA DE CUSTO - UNIFORMES

UNIFORMES OPERADOR E ENCARREGADO			
ÍTEM	**VALOR UNITÁRIO**	**QUANTIDADE**	**VALOR TOTAL**
CALÇA	R$ 52,90	2	R$ 105,80
CAMISA	R$ 34,90	2	R$ 69,80
MEIA	R$ 6,90	2	R$ 13,80
JAQUETA	R$ 79,90	1	R$ 79,90
		TOTAL	**R$ 269,30**
		VALOR MÉDIO MENSAL	**R$ 44,88**

SERVENTE E ENCARREGADO		
TIPO	**QUANTIDADE**	**ESPECIFICAÇÕES**
CALÇA	2	Calça comprida cós alto, com elástico e cordão, em gabardine, na cor a ser aprovada
CAMISA	2	Camisa de mangas curtas, sem abotoamento, com o emblema da empresa, na cor a ser aprovada
JALECO	1	Jaleco em microfibra, na cor branca
MEIA	2	Meia em algodão, tipo soquete
BOTINA	1	Bota de segurança conforme descrito em EPI's
JAQUETA	1	Jaqueta em nylon resinado, com forro matelado, na cor a ser aprovada

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

ESTIMATIVA DE V[illegible] S À CONTA

ESTIMATIVA DE VALORES MENSAIS A SEREM DESTINADOS À CONTA VINCULADA

Valor Mensal a ser glosado destinado à Conta Vinculada			Posto			
			Operador Diurno 44h	Operador Not. 44h	Encarregado Diurno 44h	Encarregado Noturno 44h
Total da Remuneração			1.158,93	1.347,93	2.242,66	2.609,86
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias						
A	13 Salário	8,33%	96,54	112,28	186,81	217,40
B	Adicional de Férias	2,78%	32,22	37,47	62,35	72,55
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	4,09%	47,40	55,13	91,72	106,74
Total 13º Salário e Adicional de Férias - Submódulo 4.2 (R$)		**15,20%**	**176,16**	**204,88**	**340,88**	**396,69**
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão						
D	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,23	0,27	0,45	0,52
E	Multa do FGTS para Rescisão sem Justa Causa	4,00%	46,36	53,92	89,71	104,39
Total Provisão para Rescisão - Submódulo 4.4 (R$)		**4,02%**	**46,59**	**54,19**	**90,16**	**104,91**
Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
F	Férias	8,33%	96,54	112,28	186,81	217,40
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre O Custo de Reposição	3,76%	43,58	50,68	84,32	98,13
Total Custo de Reposição Profissional Ausente - Submódulo 4.5 (R$)		**12,09%**	**140,12**	**162,96**	**271,13**	**315,53**
Subtotal para 01 Empregado		**31,31%**	**362,87**	**422,03**	**702,17**	**817,13**
Total de Empregados			10	10	1	1
Valor Mensal por tipo de posto a ser glosado destinado a Conta Vinculada			**3.628,70**	**4.220,30**	**702,17**	**817,13**
Valor Total Mensal a ser destinado à Conta Vinculada					**9.368,30**	

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

MATERIAS I IDA)

MATERIAL DE CONSUMO SOB DEMANDA

MATERIAIS DE LIMPEZA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	TOTAL MENSAL	REPOSIÇÃO
SACO DE LIXO 200 L (PACOTE COM 100 UNIDADES)	50	R$ 55,33	R$ 2.766,50	MENSAL
FITA ZEBRADA (ROLO COM 200M)	10	R$ 9,00	R$ 90,00	MENSAL
FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA (ROLO C/ 100M)	10	R$ 48,78	R$ 487,80	MENSAL
COPO GIRATÓRIO PARA ROÇADEIRA (UNIDADE)	140	R$ 18,10	R$ 2.534,00	MENSAL
LÂMINA PARA ROÇADEIRA (UNIDADE)	200	R$ 18,10	R$ 3.620,00	MENSAL
CARRETEL PARA ROÇADEIRA (UNIDADE)	20	R$ 27,46	R$ 549,20	MENSAL
COPO DESCARTÁVEL 100 ML	20	R$ 3,91	R$ 78,20	MENSAL
GASOLINA (LITROS)	1000	R$ 3,71	R$ 3.710,00	MENSAL
ÓLEO DOIS TEMPOS PARA ROÇADEIRA (LITRO)	17	R$ 17,58	R$ 298,86	MENSAL
PROTETOR SOLAR (LITRO)	1	R$ 94,29	R$ 94,29	MENSAL
GARRAFA TÉRMICA 12 LITROS	2	R$ 118,64	R$ 19,77	ANUAL
FLANELA (UNID)	20	R$ 2,34	R$ 46,80	MENSAL

TOTAL MENSAL ESTIMADO	R$ 14.295,42

EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

EQUIPAMENTOS ROÇO E CAPINA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	TOTAL MENSAL	REPOSIÇÃO
GERADOR PARA ILUMINAÇÃO À GASOLINA, MOTOR 4 TEMPOS, REFRIGERADO A AR, MÍNIMO DE 200 CILINDRADAS, POTÊNCIA MÁXIMA DE SAÍDA 3,2 kW, TENSÃO DE SAÍDA 120/240V	1	R$ 5.000,00	R$ 83,33	QUINQUENAL
MÁQUINA ROÇADEIRA COSTAL À GASOLINA, PARTIDA MANUAL, MOTOR 2 TEMPOS, MÍNIMO DE 35 CILINDRADAS E POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,5 CV.	10	R$ 1.573,00	R$ 655,42	BIANUAL
SOPRADOR DE FOLHAS COSTAL À GASOLINA, MOTOR 2 TEMPOS, MÍNIMO DE 40 CILINDRADAS E POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,20 Kw	1	R$ 1.438,42	R$ 23,97	QUINQUENAL
VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE EMPREGADOS E MATERIAIS, CARACTERIZADO, COM NO MÍNIMO 12 LUGARES E POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CAVALOS, COM NO MÁXIMO 3 ANOS DE USO, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E KM ILIMITADO	1	R$ 5.922,38	R$ 5.922,38	MENSAL
CONJUNTO COM 6 REFLETORES (500W)	1	R$ 827,10	R$ 13,79	QUINQUENAL
BASTÃO ISOLANTE UNIVERSAL (VARA DE MANOBRA) COM NO MÍNIMO 1 METRO DE COMPRIMENTO	2	R$ 91,82	R$ 15,30	ANUAL
ENXADA	4	R$ 25,90	R$ 8,63	ANUAL
ENXADÃO	2	R$ 31,98	R$ 5,33	ANUAL
FACÃO	3	R$ 18,77	R$ 4,69	ANUAL
GADANHO	4	R$ 56,34	R$ 18,78	ANUAL
PÁ	4	R$ 24,14	R$ 8,05	ANUAL
SACHO	4	R$ 19,84	R$ 6,61	ANUAL
SERROTE PARA PODA	2	R$ 24,71	R$ 4,12	ANUAL
TESOURA PARA PODA	2	R$ 38,23	R$ 6,37	ANUAL
VASSOURA DE AÇO PARA GRAMA	12	R$ 21,68	R$ 21,68	ANUAL

TOTAL MENSAL	R$ 6.798,45

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

MEMÓRIA DE (CIAIS E

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos Previdenciários e Trabalhistas:

01 - INSS (Lei nº 8.212/91, art. 22, inciso I) = **20,00%**
02 – SESC (Lei n° 8.036/90, art. 30 e Decreto-Lei nº 9.853/46 com alterações posteriores) = **1,50%**
03 – SENAC (Decreto Lei nº 8.621/46 e alterações posteriores) = **1,00%**
04 – INCRA (Decreto Lei nº 1.146/70 e Lei nº 2.613/55) = 0,20%
05 – Salário Educação (Leis:9.766/98, 9.424/96, art. 15, e Decreto 6.003/06, art. 2º) = **2,50%**
06 – FGTS (Lei nº 8.036/90, art. 15) = **8,00%**
07 – RAT ou SAT/INSS (art.22, II, da Lei nº 8.212/91 e art.10 da Lei 10.666/03 - CNAE7) x FAP = **3,00%**
08 – SEBRAE (Lei nº 8.029/90, art. 8º, alterados pelas Leis nºs: 8.154/90 e 11.080/04) = **0,60%**

Observação:

1) RAT - 3% (Atividades Paisagísticas -CNAE 2.0 – 8130-3/00 do Anexo V do Decreto n.º 6.957 de 09 de setembro de 2009 e IN RFB nº 971/09);

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias:

13º Salário:
Fundamento Legal: Artigo 7º, VIII da CF / 88 e Lei nº 4.090/62 [(1/12) x 100%] = 8,33%
1 = ocorrência do evento 13º salário no ano;
12 = número de meses no ano
100% = Remuneração

Adicional de Férias:

Fundamento Legal: Artigos 7º, XVII, da CF/88 e Arts. 129 a 153 da CLT. [(1/3)*100%/12] = **2,78%**
1/3 = adicional de férias;
12 = número de meses no ano;
100% = Remuneração

Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º e Adicional de Férias:
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS, constantes do submódulo 4.1 (contribuições sociais sobre a folha de pagamentos da empresa), sobre o submódulo 4.2:

[0,3680*(0,0833+0,0278)*100] = **4,09%**
36,80% = 0,3680 = total dos encargos previdenciários e FGTS constantes do submódulo 4.1;
8,33% = 0,0833 = 13º salário
2,78% = 0,0278 = terço constitucional
100% = Remuneração

Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade:
Férias Proporcionais ao Afastamento Maternidade:
O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário – art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período da licença.

[(0,1111 x 0,02 x 0,333) x 100%] = [0,0007 x 100] = **0,07%**

11,11% = 0,1111 (custo sobre os salários das férias integrais da gestante) - [(1+1/3)/12*100%];
0,02 = dado estatístico de que 2% de empregadas se afastam por licença maternidade;
0,3333 = 4 meses ao ano = 4/12 = período em um ano que se referem as férias proporcionais ora calculadas;
100% = Remuneração.

Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais: [0,3680*0,0007*100] = **0,03%**
36,80% = 0,3680 = total dos encargos previdenciários e FGTS constantes do submódulo 4.1;
0,07% = 0,0007 = afastamento maternidade
100% = Remuneração

Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade:
O salário – maternidade é o único benefício da Previdência Social sobre o qual há incidência de contribuição previdenciária, conforme disposto no artigo 28, §2º, da Lei 8.212/1991.
O empregador deve recolher também FGTS sobre o salário-maternidade, consoante artigo 28, inciso IV, do Decreto 99.684/90 (regulamento do FGTS).
Esse fato leva a consideração do seguinte percentual adicional:

[(0,3680 x 0,02 x 0,3333) x 100%] = **0,25%**
36,80% = 0,3680 total dos encargos previdenciários e FGTS constantes do submódulo 4.1;
0,02 = dado estatístico de que 2% de empregadas se afastam por licença maternidade;
0,3333 = 4 meses ao ano = 4/12 = período em um ano que se referem às férias proporcionais ora calculadas;
100% = Remuneração.

Aviso Prévio Indenizado:
Fundamento Legal: Artigos 7º, XXI, da CF/88 e Arts. 477, 487 e 491 da CLT. [100% x (1/12) x 0,035]=0,29%
100% = Remuneração
1 = um mês do aviso prévio indenizado não trabalhado
12 = número de meses do ano
0,035 = 3,50% = percentual de empregados demitidos a pedido do CONTRATANTE.

Décimo Terceiro e Férias sobre Aviso Prévio Indenizado (0,0833 + 0,1111) x 0,29% = 0,056%
0,0833 = 8,33% = 13º Salário
0,1111 = 11,11 % = Férias + 1/3 Constitucional
0,25% = Aviso Prévio Indenizado

Total da rubrica: 0,29 + 0,056 = **0,35%**

Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado: [0,3680*0,0035*100] = **0,13 %**
36,80% = 0,3680 = total dos encargos previdenciários e FGTS constantes do submódulo 4.1;
0,35% = 0,0035 = Aviso Prévio Indenizado
100% = Remuneração

Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado:
Sobre o Aviso Prévio Indenizado incide, também, a multa do FGTS da seguinte forma: (0,08 x 0,5 x 100% x 0,0035) =0,014% ≈ 0,015% ≈ **0,02%**
0,08 = 8% = montante a ser recolhido mensalmente a título de FGTS
0,5 = 50% = multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa
100% = Remuneração
0,35% =0,0035 = Aviso Prévio Indenizado

Multa do FGTS (Indenização nas rescisões sem justa causa):
Fundamento Legal: Leis n.ºs 8.036/90 e 9.491/97 e Lei Complementar nº 110/01, considerando que ao término do contrato 100% dos empregados terão rescisões sem justa causa.

(0,08 x 0,5 x 100%) = **4,00%**

0,08 = 8% = montante a ser recolhido mensalmente a título de FGTS
0,5 = 50% = multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa
100% = Remuneração

Indenização Adicional:
Fundamento Legal: Artigo 9º da Lei n.º 7.238/1984. [((1/12) x 0,01) x 100%] = **0,08%**
0,01 = 1% = percentual de empregados demitidos nos 30 dias anteriores à Convenção Coletiva, segundo estudo do STF
1 = mês adicional de salário
12 = número de meses do ano
100% = Remuneração

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente:
Férias:
O título férias do Submódulo 4.5 refere-se ao provisonamento de 1/12 avos do salário mensal do posto para reposição da mão-de-obra na ocorrência do evento férias, cujo percentual é de **8,33%**, consoante a seguinte memória de cálculo:

[(1)*100%/12] = **8,33** %
1 = ocorrência do evento Férias no ano[1];
12 = número de meses no ano;
100% = Remuneração

Ausência por Doença:
Fundamento Legal: Artigos 59 a 64 da Lei n.º 8.213/91 e Arts. 71 a 80 do Decreto nº 3.048/99 (Regul. Previdência Social). {[(4,14/30)/12)] x 100%} = **1,15%**
4,14 = média de faltas anuais de cada trabalhador motivadas por doença;
30 = números de dias no mês;
12 = números de meses no ano;
100% = Remuneração.

Licença Paternidade:
Fundamento Legal: Artigos 7º, XIX, da CF/88 c/c 10, § 1º, do ADCT da CF/88. {[(5/30)/12] x (0,015 x 100%)} = **0,02%**
5 = números de dias em que o empregado não trabalha e a CONTRATADA o remunera
30 = número de dias no mês
12 = número de meses no ano
0,015 = 1,5% = média de trabalhadores que são pais durante o ano, de acordo com estatísticas do IBGE
100% = Remuneração

Ausências Legais:
Fundamento Legal: Arts. 473, e 822 da CLT, art. 430 do CPP, art. 419, parágrafo único, do CPC e Súmula nº 155 do TST. [(1
1 = média de falta de cada trabalhador por ano, de acordo com estatísticas do IBGE
30 = número de dias no mês
12 = número de meses no ano
100% =Remuneração

Ausência por Acidente de Trabalho:
Fundamento Legal: Arts.19 a 23 e 60 da Lei n.º 8.213/91. {[(15/30)/12] x(0,08 x 100%} = **0,33%**
15 = número de dias em que o empregado repousa e a CONTRATADA o remunera
30 = número de dias no mês
12 = número de meses no ano
0,08 = 8 % = média de trabalhadores que sofrem acidente durante o ano, de acordo com estatísticas do IBGE
100% = Remuneração

Aviso Prévio Trabalhado:
Fundamento Legal: Artigos, 7º, XXI, da CF/88, Arts. 477, 487, 488 e 491 da CLT. Essa rubrica refere-se ao provisionamer
cumprindo aviso prévio e sofra redução de 2 (duas) horas diárias em sua jornada de trabalho no mês de aviso prévio, ou
rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio

{[(7/30)/12] x 0,05 x 100 % = 0,097% **0,10%**
7 = número de dias de ausência do empregado em decorrência do aviso prévio
30 = número de dias no mês
12 = número de meses no ano;
100% = Remuneração
0,05 = 5% = estatística de empregados que recebem aviso prévio trabalhado, segundo dados da INFRAERO

Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição:
Observa-se que as parcelas relativas ao submódulo 4.5 sofrem a incidência dos encargos previdenciários e FGTS cons
empresa), vez que se referem ao pagamento da mão-de-obra que será reposta.

[0,3680*(0,0833+0,0115+0,0002+0,0028+0,033+0,0010)*100] = **3,76 %**
36,80% = 0,3680 = total dos encargos previdenciários e FGTS constantes do submódulo 4.1;
8,33% = 0,0833 = férias
1,15% = 0,0115 = Auxílio doença
0,02% = 0,0002 = Licença Paternidade
0,28% = 0,0028 = Ausências Legais
0,33% = 0,0033 = Acidente de Trabalho
0,10% = 0,0010 = Aviso Prévio Trabalhado
100% = Remuneração

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

DIRETRIZES DE **SESMT –**

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS DE LIMPEZA

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

O objetivo deste manual é estabelecer diretrizes mínimas básicas de segurança e higiene do trabalho que deverão ser seguidas, quando da firmação de contratos com empresas terceirizadas, a fim de cumprimento da legislação, e o estabelecimento de política de segurança no trabalho para preservar a integridade física de empregados, colaboradores, usuários do sistema e a segurança de equipamentos, instalações e o meio ambiente.

Serve como um referencial para subsidiar a Companhia durante a fase de contratação em geral de empresas terceirizadas e auxiliar o Gestor do Contrato na fiscalização, assegurando que o objeto contratual seja executado, e que ao mesmo tempo seja mantida a redução ou eliminação ou prevenção de qualquer tipo acidentes, salvaguardando a saúde e a segurança de todos os envolvidos nos processos, um ambiente de trabalho saudável e seguro e que sejam atendidas plenamente à legislação e diretrizes vigentes de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança ambiental.

Normas e Procedimentos Administrativos e de Segurança

1) A CONTRATADA se obriga cumprir toda a LEGISLAÇÃO SANITÀRIA, PREVIDÊNCIÁRIA, TRABALHISTA e AMBIENTAL, existente e as que vierem a existir, em matéria de assistência sanitária, social e previdenciária, meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Diretoria de Saúde do Trabalhador do Distrito Federal – DISAT/DF, Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, Diretoria de Vigilância Ambiental – DIVAL/DF, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF, e na falta de regulamentação específica as Normas da Organização Internacional do Trabalho – OIT, referenciadas pelo Estado Brasileiro e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como prever todos os recursos técnicos e materiais necessários para a realização segura das atividades e serviços nas dependências do METRÔ-DF.

a) Enquanto mantiver contrato com o METRÔ-DF, se obriga ainda a manter adesão ao e-Social, programa mantido pelos diversos órgãos e entidades da administração do governo federal (Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Ministério da Previdência – MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, Ministério do Planejamento dentre outros) visando o cumprimento das diversas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias atualmente existentes.

b) A CONTRATADA fica obrigada a enviar, a critério do SESMT do METRÔ-DF, os documentos previstos neste termo em forma encadernada e/ou em meio digital no formato Open Document – ODF, homologado como ISO/IEC 26300 e NBR ISO/IEC 26300 ou Microsoft Office, ou Portable Document Format – PDF, gravado em mídia de CD ou DVD ou Pen-Driver, sem proteção eletrônica;

2) A CONTRATADA só poderá incorporar, nos capacetes, uniformes, credenciais e veículos, em máquinas e equipamentos, logotipos institucionais aprovados pela Direção da Companhia e desde que o METRÔ-DF assim determine.

3) A prestação de serviços de qualquer tipo ou outra forma nas dependências METRÔ-DF deverá seguir os procedimentos vigentes de Segurança e Medicina do

Trabalho, especialmente aquelas das Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452, de 1/5/1943), relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria GM/MTB Nº 3.214, de 08 de Junho de 1978 e dos respectivos Procedimentos Operacionais da Companhia.

a) Não será admitida, no METRÔ-DF, sob hipótese alguma, a prestação de serviço em frentes de trabalhos ou em qualquer outra forma ou atividade sem o devido registro formal de vínculo empregatício, sem os treinamentos básicos necessários de segurança ao desempenho das atividades seguras e sem a devida proteção do trabalhador.

b) Antes de se iniciar qualquer tipo de trabalho, deve-se assegurar que as condições necessárias para uma execução segura da tarefa são conhecidas e estão estabelecidas.

c) Os trabalhadores deverão passar por treinamentos de segurança do trabalho conforme as atividades a serem executadas e os riscos expostos. Os treinamentos serão aqueles previstos em normas de segurança (NR), acrescidas daqueles que foram identificados pela Análise de Riscos e pela FISCALIZAÇÃO do METRÔ-DF, de acordo com que as necessidades operacionais da Companhia, estabelecerem.

4) A CONTRATADA, deverá disponibilizar todos os documentos ao Gestor do Contrato e ao SESMT do METRÔ-DF, que comprovem o vínculo empregatício de seus empregados, a realização dos exames previstos no PCMSO baseado na NR 7 e a realização dos treinamentos mínimos exigidos pelas Normas de Segurança.

5) A CONTRATADA se obriga a manter a documentação formal dos treinamentos e de todos os demais documentos e obrigações previstas neste termo à disposição do SESMT e do Gestor do Contrato do METRÔ-DF, do órgão regional do Ministério do Trabalho – MTE, da Diretoria de Saúde do Trabalhador - DISAT do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros – CBM/DF, da Defesa Civil, do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, da Diretoria de Vigilância Ambiental – DIVAL/DF, bem como dos demais órgãos estatais de proteção à saúde do trabalhador e comunidade, sempre que for solicitado.

6) Sempre que por força de mudança da legislação, relação contratual, tarefas, equipamentos, ferramentas ou sistema produtivo, a CONTRATADA se obriga atualizar todos os documentos relacionados às questões ambientais; de assistência sanitária, social e previdenciária e as de segurança e medicina do trabalho. O PPRA, PCMSO e PCA será reavaliado anualmente.

7) Nenhum aspecto de uma operação ou execução de uma atividade é de maior importância do que a prevenção de acidentes de qualquer natureza. O grau de segurança e os resultados obtidos são diretamente proporcionais aos esforços para controlar as condições inseguras, as práticas e atitudes humanas que podem ser responsáveis por acidentes.

8) O SESMT assim como o Gestor do Contrato do METRÔ-DF, poderão a qualquer momento parar, suspender e/ou interditar atividades, máquinas, ferramentas e equipamentos, momentaneamente ou de forma permanente, que apresentarem risco grave e iminente de acidentes, até que a condição de risco seja eliminada.

a) A paralisação, suspensão e/ou, interdição de atividades, máquinas, ferramentas e equipamentos, momentânea ou de forma permanente, por

força de condições que possam afetar o meio ambiente, a segurança e saúde dos empregados e/ou terceiros, que sejam de obrigação da CONTRATADA, não irá gerar-lhe créditos ou direitos objetivando atrasos no cronograma de execução de suas atividades ou o não cumprimento de suas obrigações contratuais.

b) A violação voluntária, por parte da CONTRATADA, dos requisitos de segurança sanitária, segurança e medicina do trabalho e segurança do meio ambiente, regulamentadas por legislação de qualquer esfera estatal, bem com os Procedimentos Operacionais do METRÔ-DF, constitui em falta administrativa grave;

Análise Preliminar de Riscos (APR)

9) A CONTRATADA deverá elaborar as Análises Preliminares de Riscos – APR, nos moldes estabelecidos pelo SESMT do METRÔ-DF, de todas as atividades que esteja executando na Companhia, conforme previsto na legislação, a contar do início de suas atividade no METRÔ-DF.

a) Em até 90 dias após início das atividades, as APR deverão ser disponibilizadas para o SESMT do METRÔ-DF;

b) Para a elaboração das APR, a CONTRADATA fará análise de cada tarefa individualmente.

c) Emitirá um passo a passo de todas as atividades e posteriormente realizará as análises de riscos contendo detalhes da tarefa a ser executada, as etapas de trabalho, os equipamentos e ferramentas envolvidas; os riscos do trabalho existente, as formas de controles indicadas, os executores da tarefa e as normas de segurança aplicáveis.

Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC)

10) Quando da necessidade de instalação de Proteção Coletiva, à CONTRATADA deverá submetê-la a aprovação do METRÔ-DF.

Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

11) Não será permitido aos empregados, visitantes e / ou colaboradores da CONTRATADA o início das atividades ou o ingresso em áreas de risco sem o EPI apropriado.

a) Caberá à CONTRATADA fornecer gratuitamente aos seus empregados e colaboradores, e visitantes o EPI adequado ao risco, de uso obrigatório, para as atividades que irão desenvolver, ou áreas que irão acessar, conforme determina a NR 6.

b) As características técnicas dos EPI deverão estar condicionadas a Análise de Risco de cada atividade e local de acesso, conforto e quando em área de risco elétrico, atender os pré-requisitos de condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas, além de está em conformidade com a NR 6 e demais NR e Portarias do MTE.

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

12) A CONTRATADA deverá elaborar um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA previsto na NR 9 do MTE, no início de suas atividades no METRÔ-

DF e em até 90 (noventa) dias corridos, deverá disponibilizá-lo para o SESMT do METRÔ-DF.

a) O PPRA deve ser mantido no estabelecimento à disposição do órgão regional do Ministério do Trabalho – MTE, da Diretoria de Saúde do Trabalhador - DISAT do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros – CBM/DF, da Defesa Civil, do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, da Diretoria de Vigilância Ambiental – DIVAL/DF, do SESMT e da fiscalização dos servidores do METRÔ-DF, bem como dos demais órgãos estatal de proteção à saúde do trabalhador e comunidade, sempre que for solicitado.

13) O PPRA deverá ser elaborado por engenheiro de segurança do trabalho ou por técnico em segurança do trabalho, e, além de contemplar os Riscos Ambientais, deverá contemplar ainda os Riscos Ergonômicos e de Acidentes.

a) O PPRA deverá prever os riscos das atividades e das instalações, sem prejuízo dos demais riscos, e visará a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores através da antecipação, do reconhecimento, da avaliação e do conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho considerando a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

b) Os levantamentos, além de prever a análise qualitativa deverá conter a análise quantitativa de todos os agentes que forem passivos de medições independentemente do tipo de risco.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)

14) A CONTRATADA deverá elaborar o PCMSO no início de suas atividades, em conformidade com a NR 7,e em até 90 (noventa) dias corridos deverá disponibilizá-lo para o SESMT do METRÔ-DF, devendo ainda estar articulado com o disposto nas demais NR, especialmente na NR 09.

a) O PCMSO deverá ser elaborado por médico do trabalho e considerará as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

b) O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores, para afastar quaisquer distúrbios a saúde que possa colocar em risco os empregados, tais com: Clínica, epilepsia, cardiopatias e otoneurologias.

c) O PCMSO deverá conter outras avaliações adicionais, a critério do Médico do Trabalho, tais como exames complementares de acuidade visual, acuidade auditiva, hemograma completo, perfil lipídico, glicose, IMC e outros que possam contribuir com a melhoria da qualidade de vidas de seus trabalhadores.

15) A CONTRATADA tomará medidas que coíbam ou impeçam o inicio dos trabalhos ou a demissão do trabalhador antes da realização dos exames médicos ocupacionais. Também realizará os exames periódicos, de mudança de função e de retorno ao trabalho sempre que houver a necessidade.

Folha nº 166
Proc. 097.00 0 .675/2015
Rubrica Mat.: 3074

a) A comprovação dos exames médicos ocupacionais será feita por Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), previstos na NR-7, juntamente com a relação de empregados.

16) O PCMSO e seus complementos (ASO de todos os trabalhadores ativos ou não) deverão ser mantidos no estabelecimento à disposição do órgão regional do Ministério do Trabalho – MTE, da Diretoria de Saúde do Trabalhador - DISAT do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros – CBM/DF, da Defesa Civil, do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, da Diretoria de Vigilância Ambiental – DIVAL/DF, do SESMT e da fiscalização dos servidores do METRÔ-DF, bem como dos demais órgãos estatal de proteção à comunidade, sempre que solicitados.

Programa de Conservação Auditiva (PCA)

17) A CONTRATADA elaborará junto com o PPRA e com o PCMSO, um PCA com medidas coordenadas que previnam a instalação ou evolução das Perdas Auditivas Induzidas por Ruídos – PAIR de origens ocupacionais a seus trabalhadores.

a) O PCA terá como objetivo principal assegurar a saúde auditiva dos trabalhadores expostos ou que poderão ser expostos a níveis de pressão sonora elevados, terá ênfase à qualidade de vida do trabalhador, a proteção do trabalhador pelas perdas auditivas induzidas por ruídos ou agentes nocivos e reduzir os efeitos que o ruído pode causar no organismo através do diagnóstico precoce de empregados quem tenham problemas ou potencial de contrair PAIR.

18) O PCA deverá ser integrado ao PCMSO e ao PPRA, bem como nas demais NR, e será mantido no estabelecimento à disposição do órgão regional do Ministério do Trabalho – MTE, da Diretoria de Saúde do Trabalhador - DISAT do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros – CBM/DF, da Defesa Civil, do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, da Diretoria de Vigilância Ambiental – DIVAL/DF, do SESMT e da fiscalização dos servidores do METRÔ-DF, bem como dos demais órgãos estatal de proteção a comunidade, sempre que solicitado.

Ferramentas, máquinas e equipamentos.

19) Os equipamentos, máquinas, ferramentas de trabalhos e elementos de segurança e meio ambiente utilizados na execução das atividades, deverão ser mantidos em bom estado de conservação e uso.

20) As ferramentas deverão cumprir com as especificações técnicas do fabricante e seus respectivos controles de qualidade.

a) As ferramentas de trabalhos utilizadas em áreas de riscos elétricos deverão ser eletricamente isoladas e apresentar laudo de proteção elétrica conforme orientações da NR 10.

21) A fiscalização do METRÔ-DF poderá solicitar a substituição de quaisquer equipamentos, máquinas, ferramentas ou elemento de segurança e meio ambiente, se estes não cumprirem com o antes indicado e/ou apresentarem risco a integridade física e saúde do usuário e dos trabalhadores.

Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT

22) A CONTRATADA, para fins de dimensionamento de seu SESMT, deverá seguir as diretrizes conforme estabelecida pela NR 4 e seus anexos. Registrar o SESMT na SRT/DF, e apresentar ao SESMT do METRÔ-DF uma cópia deste registro.

23) A CONTRATADA deverá manter membros do SESMT permanentemente nas dependências do METRÔ-DF, conforme o quadro II – Dimensionamento do SESMT (NR-04), de acordo com a quantidade de funcionários que executarem atividades nas dependências da Companhia.

a) Será assegurada aos membros do SESMT da CONTRATADA, a realização de suas atividades em tempo integral em serviços de medicina e engenharia de segurança do trabalho, vedando qualquer exercício de atividades que não sejam aquelas previstas nas regulamentações em matéria de segurança e medicina do trabalho, da NR 4, da Portaria 3.275 do MTE ou que sejam incompatíveis com a higiene do trabalho.

b) A escala de trabalho dos profissionais pertencentes ao SESMT da CONTRATADA deverá ser dimensionada para atender as atividades de maior risco, sendo obrigado no mínimo um profissional em trabalho noturno.

24) A CONTRATADA se obriga a indicar um representante de seu SESMT para participar das reuniões de integração quando convocado pelo SESMT do METRÔ-DF.

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

25) Será exigida da CONTRATADA a formação e o dimensionamento de CIPA em suas frentes de trabalhos e/ou estabelecimentos no METRÔ-DF, em conformidade com a NR.

a) A CIPA será montada no prazo máximo estipulado pela NR 5, devendo a CONTRATADA apresentar ao SESMT do METRÔ-DF a documentação da constituição de sua CIPA. Findo o primeiro mandato, a CIPA será renovada anualmente, desde que na Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o Sindicato Patronal da empresa CONTRATADA e o sindicato dos trabalhadores, não estabeleça o contrário.

26) A CONTRATADA deverá assegurar que a CIPA tenha condições mínimas para a realização de seus trabalhos (humanos, materiais e financeiros) bem como condições que não descaracterizem suas atividades normais na empresa assegurando a representação necessária para a discussão e encaminhamento das soluções de questões de segurança e saúde no trabalho analisadas no ambiente de trabalho.

27) Anualmente, a CONTRATADA, deverá assegurar recursos humanos, materiais e financeiros para que a CIPA em conjunto com o SESMT tenha condições mínimas para a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), semana dedicada a conscientizar os empregados sobre a saúde e segurança no trabalho além da prevenção de acidentes, em conformidade com a NR 5 do MTE.

a) A fim de unificar a Política de Saúde e Segurança do Trabalho da Companhia, A SIPAT deverá ser realizada preferencialmente em conjunto com o METRÔ-DF e com as demais empresas que atuam nos limites da Companhia.

b) Durante a SIPAT deverão ser realizadas atividades envolvendo os empregados com o objetivo de promover a conscientização, com foco na área de segurança e saúde do trabalhador. Entre as atividades da SIPAT deverá haver palestras, treinamentos, avaliações médicas, atividades lúdicas, entre outras.

28) Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá indicar, um membro da CIPA para participar como convidado das reuniões da CIPA do METRÔ-DF.

Folha nº 567
Proc. 097.000 0 - 655/2015
Rubrica Mat.: 3077-2

Gestão em segurança e saúde no trabalho em espaço confinado, trabalho em altura e manutenção e jardinagem.

a) Todo o trabalho realizado em espaços classificados como confinados, em altura e em manutenção e jardinagem e capinas deverá estar em conformidade com as orientações das NR do MTE, especialmente a NR 35, a NR 33 e a NR 18.

Gestão em segurança e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

29) A CONTRATADA se obriga a cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando seus empregados e colaboradores quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, do tratamento e da destinação correta dos resíduos;

a) Para o tratamento adequado, no manejo, recolhimento e na destinação final dos resíduos gerados, a CONTRATADA se obriga a utilizar as bases e princípios da coleta seletiva em conformidade com as Resoluções do CONAMA, ANVISA, DIVAL dentre outros órgãos, municipais, estaduais e federais, de proteção do meio ambiente.

30) A CONTRATADA se obriga a elaborar políticas e praticas para à minimização do risco à saúde pública e do impacto danoso de sua atividade ou a da atividade que esteja a sua disposição que poderá afetar à qualidade do meio ambiente, devendo incentivar e conscientizar seus empregados e colaboradores da importância da preservação ambiental para a manutenção da qualidade de vida de toda a sociedade;

Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)

31) A CONTRATADA emitirá em até 90 (noventa) dias corridos a contar do início de suas atividade no METRÔ-DF, um LTCAT para documentar os agentes nocivos existentes ou não no ambiente de trabalho e Laudos Técnicos Periciais para concluir se estes agentes podem ou não gerar insalubridade ou periculosidade para os trabalhadores eventualmente expostos.

32) O Laudo Técnico Pericial poderá ser realizado por grupos de funções expostas aos riscos e por ambientes acometidos e dizer se os empregados expostos têm ou não direito a percepção de algum adicional.

33) Os laudos, nos casos de análises qualitativas deverão ser complementadas por análises quantitativas para todos os agentes identificados, caso sejam passíveis de medições.

a) Identificado o agente nocivo que gera qualquer adicional de risco ao trabalhador, fica a empresa CONTRATADA, quando não eliminar o agente, obrigada a comprovar o pagamento ao trabalhador e o recolhimento previdenciário.

b) Em caso de percepção de qualquer adicional, o laudo deverá informar qual é agente causador do adicional e se o agente nocivo encontrado gera ou não direito a aposentadoria especial conforme Decreto n.º 3.048, de 6/5/1999 do Regulamento da Previdência Social e seus anexos e atualizações.

34) Os laudos serão emitidos por profissionais legalmente habilitados e só serão aceitos pelo SESMT do METRÔ-DF se forem realizados nos termos da Lei n.º 8.213/1991.

35) A CONTRATADA se obriga a entregar uma cópia dos Laudos ao SESMT do METRÔ-DF com assinatura original do responsável técnico pela elaboração dos laudos.

Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)

36) A CONTRATADA deverá constituir e manterá atualizado um documento histórico-laboral (PPP) que reunirá, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais extraídos do LTCAT e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que o trabalhador exerce ou exerceu suas atividades nas dependências do METRÔ-DF.

a) O PPP deverá estar sempre à disposição da fiscalização do METRÔ-DF e deverá ser entregue ao trabalhador sempre que este solicitar no prazo máximo estipulado pela legislação previdenciária.

Ordem de Serviço de Segurança (OSS)

37) Para todas as atividades executadas nos limites da Companhia, a CONTRATADA deverá elaborar uma Ordem de Serviço de Segurança – OSS em conformidade com NR 01.

a) O modelo e formato dessa OSS deverá ser aprovado pelo Gestor do Contrato do METRÔ-DF com a assessoria do SESMT da Companhia

Conceituação Técnica ou Glossário:

38) ASO - Atestado de Saúde Ocupacional - certifica se o empregado está apto ou inapto à realização de suas atividades dentro da empresa. Contempla a identificação completa do trabalhador com o número de identidade e função exercida; contém também os riscos que existem na execução de suas tarefas, além dos procedimentos médicos a que foi submetido, deixando o trabalhador e empresas cientes de sua atual condição;

39) CAT - Comunicação de Acidentes do Trabalho – de acordo com o artigo 22 da Lei 8213/91, em casos de acidentes ou doenças ocupacionais o seu preenchimento é obrigatório;

40) CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – comissão paritária, composta por representantes eleitos pelos empregados e por representantes indicados pelo empregador. Tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível, permanentemente, o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador, bem como, observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes (NR-5 MTE);

41) CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas, tanto do trabalho urbano quanto do rural, atende à necessidade de proteção do trabalhador e a tutela dos direitos trabalhista, dentro de um contexto de "estado regulamentador".

42) EPC - Equipamento de Proteção Coletiva - dispositivo, sistema ou meio, fixo ou móvel, de abrangência coletiva, destinado a preservar a integridade física e a saúde dos trabalhadores, usuários e terceiros;

43) EPI - Equipamento de Proteção Individual - dispositivo de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde no trabalho e a integridade física do trabalhador (NR-6 MTE);

44) MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;

45) NR - Norma Regulamentadora do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

46) OSS - Ordem de Serviço de Segurança - orienta trabalhadores acerca dos riscos encontrados no ambiente de trabalho. Descreve os processos, lista os equipamentos e EPI a serem utilizados pelos empregados e estabelece ações preventivas e corretivas;

47) PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - implementa medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção (NR-18 MTE);

48) PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - promove a preservação da saúde dos trabalhadores (NR-7 MTE);

49) PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, por meio da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes, ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais (NR-9 MTE);

50) RUÍDO - Som indesejado, cuja intensidade é medida em decibéis (dB) e sua escala é logarítmica. Um aumento no nível de pressão sonora de cinco decibéis representa um aumento da intensidade de ruído para o dobro. A intensidade de um ruído não constitui o único fator que determina malefícios a audição humana, neste caso, a duração da exposição é também muito importante. Segundo a legislação brasileira um trabalhador poderá ser exposto no máximo a 79 dB(A) para um jornada de oitos horas sem proteção.

51) SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – Corpo Técnico formados por Engenheiros de Segurança, Técnicos de Segurança, Médicos do Trabalho, Enfermeiros do Trabalhos e Técnicos de Enfermagem do Trabalho, promove a política de higiene, medicina e segurança do trabalho, objetivando a promoção da saúde e proteção da integridade física do trabalhador no ambiente de trabalho (NR-4 MTE);

52) SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, deve ser organizada anualmente pela - CIPA em conjunto com o SESMT com o objetivo de conscientizar os empregados sobre a saúde e segurança no trabalho além da prevenção de acidentes. Durante a SIPAT são realizadas atividades envolvendo os empregados com o objetivo de promover a conscientização, em geral com foco em um tema definido anteriormente. Entre as atividades estão palestras, treinamentos, avaliações médicas, atividades lúdicas, entre outra;

53) SRT - Superintendência Regional do Trabalho – órgão executivo local do MTE, coordena, orienta e controla, na área de sua jurisdição, a execução das atividades relacionadas com a fiscalização do trabalho, a inspeção das condições ambientais de trabalho e a orientação ao empregado;

54) LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho;

55r) PPP – O Perfil Profissiográfico Previdenciário PPP;

56) PCA - Programa de Conservação Aditiva.

Fundamentação Legal:

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS DE LIMPEZA

57) Os Procedimentos relacionados com a Segurança e Medicina do Trabalho estão fundamentados nos seguintes instrumentos legais:

Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 - aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 - altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;

Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 - do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. As NR são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas da administração direta e indireta, de todos os três poderes (Administrativo, Legislativo e Judiciário), que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. O simples cumprimento das NR não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados, Municípios ou Distrito Federal, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.

NBR 14606 – Postos de Serviço – Entrada em Espaço Confinado; e

NBR 14787 – Espaço Confinado – Prevenção de Acidentes, Procedimentos e Medidas de Proteção, bem como suas alterações posteriores.

Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991 - que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança do Trabalho - SESMT

Renato Nogueira Queirós
Engenheiro de Segurança do Trabalho

Folha nº 569
Proc. 097.00 0 - 655/20 15
Rubrica Mat.: 307.7

Jorge Alexandre de Jesus
Técnico em Segurança Trabalho

Joselton Rodrigues Cavalcante
Técnico em Segurança Trabalho

Eduardo Ferreira de Jesus
Técnico em Segurança Trabalho

Thiago Henrique de Sousa Lima
Técnico em Segurança Trabalho

Folha nº 61
Processo nº 097.00 0655/2015
Ass./Matrícula: 2072-9

Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

NORMA C)0

SUMÁRIO **PÁG.**

I. FINALIDADE 1
II. APLICAÇÃO 1
III. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES 2
IV. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL 3
V. RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA 4
VI. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS 5
VII. DISPOSIÇÕES GERAIS 6
VIII. APROVAÇÃO E VIGÊNCIA 7

I. FINALIDADE

1. Esta Norma tem por objetivo regulamentar as atividades a serem desenvolvidas pela equipe de roço e capina em áreas internas, planas e de talude, com vias energizadas e circulação de trens.

2. Determinar o acompanhamento de todas as atividades de roço e capina durante o horário operacional, circulação de trens, por um técnico de manutenção lotado na Divisão de Manutenção de Via Permanente e Edificações – OMVP.

II. APLICAÇÃO

1. Esta Norma aplica-se às atividades de roço e capina interno, inclusive catação às margens da via, compreendido entre o trecho desde a saída do túnel Asa Sul (VCA) aos terminais Ceilândia e Samambaia, excluídos os trechos de túneis e trincheiras que existentes.

2. Os serviços de roço e capina devem ser realizados de maneira contínua, a fim de garantir que a vegetação presente nas margens da via permanente do METRÔ-DF estejam sempre aparadas, com cortes rentes ao solo, e livres de matos altos (maiores que 15 cm), árvores, galhos, etc., sem que para tanto sejam arrancadas do solo, de maneira que as raízes, que ajudam a garantir a estabilidade do solo, sejam mantidas no mesmo.

3. As intervenções devem ser feitas para:

   a) Impedir a propagação de fogo na vegetação e permitir a presença de insetos e pequenos animais.

   b) Garantir que as ações posteriores da manutenção sejam executadas de maneira segura.

   c) Garantir a segurança da operação, sobretudo no que se refere a circulação de trens.

d) Garantir que se evite o contato da vegetação com o terceiro trilho, entre outras.

4. Documentos de referência:

a) Norma Regulamentadora nº 10 – NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

b) 1.ADM.PP.003-00 – Acesso às áreas Operacionais do Metrô – Procedimento Operacional Conjunto.

c) 1.TEL.PP.002.06 Comunicação e Uso de Rádio – Procedimento Operacional Conjunto.

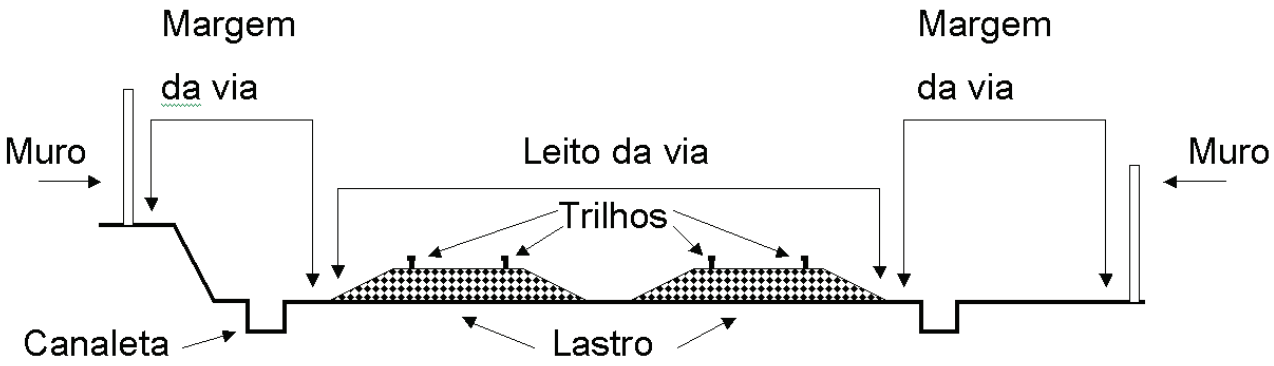
5. Documentos de execução:

a) Ordem de Serviço.

b) Programação Semanal de Acesso.

III. CONCEITUAÇÃO

1. Diagrama esquemático da via a céu aberto.



IV. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

1. Compete a empresa contratada para execução dos serviços:

a) Fornecer e verificar a integridade dos EPI utilizados, de modo a garantir que os mesmos estejam sempre funcionais, sem sinais de deterioração, sendo que, em caso de avarias, a empresa contratada deverá promover imediatamente a substituição dos EPI.

2. Compete ao responsável da contratada:

a) Coordenar os trabalhadores na execução das atividades.

b) Efetuar a isolação do local de trabalho.

c) Verificar a utilização de todos os EPI, de modo a garantir a segurança dos trabalhadores.

3. Compete à Divisão de Manutenção de Via Permanente e Edificações – OMVP:

a) Realizar a inclusão das atividades a serem realizadas na semana seguinte (de domingo a sábado) na Programação Semanal de Acesso e informar a empresa contratada por meio de email.

– A programação incluirá o dia e horário de execução dos serviços; local de execução; ponto de encontro das equipes; nome do fiscal que acompanhará as atividades.

4. Compete ao técnico de manutenção (TM) lotado na OMVP:

a) Acompanhar a realização dos serviços de roço e capina.

b) Observar o correto uso dos EPI e demais equipamentos e a aplicação das normas de segurança.

c) Ser o responsável pela comunicação com o CCO, incluindo o acesso e saída da equipe de roço e capina.

V. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

1. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são de uso obrigatório, devendo todos os empregados utilizar conforme listagem a seguir.

a) Uniforme refletivo ou utilização de coletes refletivos sobre o uniforme;

b) Bota de segurança;

c) Caneleira de proteção;

d) Avental de segurança;

e) Luva pigmentada;

f) Mangotes de proteção;

g) Capacete de segurança com viseira e abafador de ruídos.

2. As características técnicas mínimas exigidas para cada EPI deverão ser fornecidas pela empresa contratada tendo em vista sua expertise no tipo de serviço executado.

a) A bota de segurança deve ser antiperfurante e com resistência elétrica mínima de 20 kV.

b) Os empregados poderão utilizar outros EPI em conjunto com os acima citados.

3. É vedada a realização de quaisquer atividades sem que o empregado esteja utilizando quaisquer dos EPI.

a) O empregado que faltar com qualquer um dos EPI deverá sem impedido de acessar as vias para trabalho.

VI. RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA

1. Os colaboradores envolvidos na execução dos serviços deverão ser capacitados e autorizados a intervir nos locais selecionados.

2. Os colaboradores envolvidos na execução dos serviços diurnos, ou seja, com vias energizadas, deverão possuir treinamento em NR-10.

3. Os colaboradores que atuarem durante o período diurno somente o poderão fazer nas áreas verdes, conforme mapa de vias, em anexo.

   a) É vedado o acesso as áreas vermelhas.

   b) As áreas verdes assim o foram classificadas porque não representam trabalho em altura e não apresentam proximidade ao terceiro trilho.

4. Os colaboradores deverão manter a distância mínima de 1,00 (um) metro do terceiro trilho em qualquer hipótese.

5. Os colaboradores que trabalharão no período noturno executando, entre outros, trabalhos em altura, deverão possuir treinamento em NR-35.

6. Os colaboradores somente poderão atuar em taludes e outras áreas com altura superior a 02 (dois) metros (áreas vermelhas) se estiverem devidamente ancorados.

   a) É de responsabilidade da empresa prestadora dos serviços garantir a ancoragem de seus empregados, qualquer que seja o método empregado.

   b) Salienta-se que os taludes possuem particularidades que permitem mais de um tipo de modalidade de ancoragem ou a limitam, dependendo do espaço disponível para aplicação de determinado método.

   c) A empresa poderá utilizar, sempre do lado de fora da grade de proteção, sistema de ancoragem móvel por contrapeso e linha de vida, devidamente calculados para o número de empregados que executarão as atividades.

7. As atividades diurnas serão executadas com vias energizadas e circulação de trens.

   a) Sempre que os trens forem avistados e estiverem próximo ao local de trabalho, as máquinas deverão ser desligadas (ou colocadas em “ponto morto”, se possuírem tal função) até a passagem total do trem, mantendo uma distância mínima de 2 (dois) metros da via.

   b) O trabalho somente poderá ser reiniciado após a passagem completa do trem, independentemente da via em que o trem estiver operando.

8. Em quaisquer situações em que sejam identificados riscos para a equipe executora ou para a circulação dos trens, as atividades deverão ser imediatamente interrompidas; as vias deverão ser liberadas.

   a) Deverão ser imediatamente comunicados:

      – O Centro de Controle do METRÔ DF.

      – O Departamento de Manutenção do METRÔ DF.

      – A Divisão de Segurança do Trabalho do METRÔ-DF.

9. Nenhum colaborador poderá acessar a via sem que haja:

   a) Programação confirmada na PSA e;

   b) Ordem de serviço específica em aberto e;

   c) Autorização expressa do Centro de Controle do METRÔ-DF;

   d) Acompanhamento de fiscal do METRÔ-DF durante toda a execução da atividade.

VII. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A programação de acesso deverá ser realizada semanalmente pela OMVP junto à Divisão de Controle Operacional - OPCO.

2. As Ordens de Serviço para execução das atividades deverão ser abertas diariamente de acordo com os trechos programados a serem executados.

3. O TM e a equipe da contratada devem se encontrar na estação ou local onde ocorrerá o acesso.

   a) O TM deve ser o responsável pela comunicação com o CCO.

      – Após autorização, via rádio, a equipe deve se dirigir ao local designado para o trabalho.

   b) O TM deve entregar ao responsável da contratada as OS para o devido preenchimento.

   c) O TM determinará, conforme seu conhecimento do mapeamento das vias da Companhia, qual o melhor caminho a ser seguido às margens da via.

      – A equipe de roço e capina deve seguir estritamente o que for determinado, sempre mantendo uma distância mínima de 1,00 (um) metro da região de lastro ou se mantendo sempre entre a canaleta de águas pluviais e a margem da via.

4. Para execução dos trabalhos durante o período diurno, o responsável da contratada deverá limitar, através de fita zebrada, o limite de atuação dos empregados.

a) Este limite deverá ser de pelo menos 01 (um) metro de distância do terceiro trilho.

b) A limitação inclui os trabalhadores e seus equipamentos, ou seja, o limite de trabalho sempre será a fita zebrada.

c) Para a delimitação da distância mínima de 01 (um) metro, o encarregado deverá utilizar-se de “bastão métrico isolante”, de modo a garantir a distância mínima a ser respeitada. O encarregado nunca deverá encostar o bastão no terceiro trilho, devendo, apenas, aproximar a extremidade do mesmo ao terceiro trilho.

- OBS: a aproximação deverá ocorrer sempre na capa isolante de 20 kV do terceiro trilho, ou seja, nunca na parte metálica;
- OBS: o encarregado, além do bastão, deverá utilizar SEMPRE luvas isolantes de 20 kV para a execução desta atividade.

5. Para execução dos trabalhos durante o período diurno, o serviço deverá ocorrer sempre em direção oposta à circulação dos trens naquela via, de modo que os trabalhadores enxerguem a aproximação dos trens.

6. Para execução dos trabalhos durante o período noturno acima de 2,00 (dois) metros de altura, os trabalhadores deverão estar seguramente ancorados antes do início das atividades.

a) Para atividades em locais com menos de 2,00 (dois) metros, não é necessário ancoragem.

7. As atividades deverão ser executados conforme treinamento dos trabalhadores para operar as máquinas.

a) A cada 20 (vinte) minutos de operação, as atividades deverão ser interrompidas por 10 (dez) minutos para descanso e hidratação.

8. Ao final das atividades, a equipe deverá se dirigir ao ponto de encontro e finalizar a atividade. É importante que o responsável da contratada estar ciente do tempo necessário para a desmobilização da equipe e o tempo de deslocamento até o ponto de encontro, com o intuito de computa o final da jornada de seus colaboradores.

a) o TM não fará ingerência quando do término das atividades, devendo avaliar apenas a qualidade do serviço prestado e garantir o cumprimento das normas do METRÔ-DF e de segurança.

b) O encerramento das atividades deve ser informado ao CCO, assim como o deslocamento da equipe para o ponto de acesso e a liberação das margens das vias.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. As equipes da contratada e os fiscais do METRÔ-DF deverão interromper as atividades sempre que forem verificadas quaisquer situações que exponham os empregados a riscos, tais como:

a) Falta de EPI dos empregados;

b) Falta de ancoragem dos empregados;

c) Riscos advindos do meio ambiente (incêndios, chuvas, presença de animais na via, etc)

d) Entre outros.

2. As ordens de serviço deverão ser preenchidas e assinadas pelo coordenador de equipe e entregues ao fiscal da OMVP, para posterior providências internas.

IX. APROVAÇÃO E VIGÊNCIA

1. Esta Norma foi aprovada pela Diretoria Colegiada em sua reunião nº XXXXª, de XX/XX/20XX e entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições e práticas de uso em contrário.

METRÔ DF
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

Á

ÁREA DAS EDIFICAÇÕES

ESTAÇÕES OPERACIONAIS

Estações Operacionais	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Estação Central - CTL	3.178,30	-	745,39
Estação Galeria - GAL	4.941,49	613,23	-
Estação 102 Sul - 102	4.244,85	-	173,22
Estação 108 Sul - 108	4.217,67	-	217,79
Estação 112 Sul - 112	4.269,53	-	217,79
Estação 114 Sul - 114	4.196,46	-	240,46
Estação Asa Sul - ASA	1.519,27	278,19	38,86
Estação Shopping - SHP	2.517,09	771,98	522,33
Estação Feira - FEI	1.280,74	436,69	-
Estação Guará - GUA	1.835,51	4.310,66	-
Estação Arniqueiras - ARN	1.404,32	1.108,19	1.465,71
Estação Águas Claras - CLA	2.698,23	883,13	471,20
Estação Concessionárias - CON	1.404,32	1.108,19	1.465,71
Estação Praça do Relógio - REL	3.246,19	265,08	0,00
Estação Centro Metropolitano - MET	1.599,79	192,90	42,30
Estação Ceilândia Sul - CES	1.275,46	655,73	-
Estação Guariroba - GBA	1.348,88	1.313,68	-
Estação Ceilândia Centro - CEC	2.146,21	1.877,30	803,09
Estação Ceilândia Norte - CEN	1.266,62	1.133,88	-
Estação Terminal Ceilândia - CEI	2.819,99	1.034,23	117,02
Estação Taguatinga Sul - TAS	1.496,78	760,46	_
Estação Furnas - FUR	1.496,12	1.055,27	_
Estação Samambaia Sul - SAS	1.364,77	379,35	_
Estação Terminal Samambaia SAM	3.167,39	669,03	106,10

PASSAGENS OPERACIONAIS

Passagens de pedestres	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
PP1 (102 sul)	1.566,50	1.633,29	55,32
PP4 (108 sul)	1.417,14	2.429,44	55,32
PP6 (112 sul)	1.555,71	2.120,63	55,32
PP7 (114 sul)	1.793,08	1.373,69	101,96

ESTAÇÕES NÃO OPERACIONAIS

Estações não operacionais	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Estação 104 Sul - 104	3.948,91(1)	-	17,36
Estação 106 Sul - 106	4.041,27(1)	-	17,26
Estação 110 Sul - 110	3.985,62(1)	-	17,26
Estação Estrada Parque - EPQ	1.372,74	-	-
Estação Onoyama - ONO	(2)	-	-

1 - àreas parcialmente construídas
2 - Não foi possível acesso aos dados da futura estação - Área já construída consta da SR 11

COMPLEXO ADMINISTRATIVO

Complexo Administrativo e Operacional	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Centro Administrativo – Blocos A	3.010,99	-	-
Centro Administrativo – Blocos B	1.061,57	-	-
Centro de Treinamento – CT	440,58	-	-
Centro de Controle Operacional – CCO	2.015,31	-	-
Galpão de Material Rodante	8.010,24	-	-
Galpão de Eletromecânica	7.181,57	-	-
Almoxarifado	2.875,74	-	-
Pátio Águas Claras – PAC	90.318,32	-	-
Áreas de Estacionamento, ruas	40.036,62	-	324.705,23
Calçadas	5.373,42	-	-

TORRES DE CONTROLE

Torres de Controles	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Torre do Pátio Águas Claras – T-PAC	492,32	-	-
Torre do Pátio Asa Sul – T-PAS	324,4	6192,91	-
Áreas de Estacionamento, Calçadas	1029,21	-	-

SUBESTAÇÕES RETIFICADORAS

Subestações Retificadoras	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Subestação Retificadora 01 – SR1	153,82	-	-
Subestação Retificadora 02 – SR2	173,92	-	-
Subestação Retificadora 03 – SR3	174,33	-	-
Subestação Retificadora 04 – SR4	174,33	-	-
Subestação Retificadora 05 – SR5	280,74	1.008,86	1.008,86
Subestação Retificadora 06 – SR6	280,74	1.733,55	1.733,55
Subestação Retificadora 07 – SR7	280,74	895,41	895,41
Subestação Retificadora 08 – SR8	280,74	670,95	670,95
Subestação Retificadora 09 – SR9	280,74	1.027,93	1.027,93
Subestação Retificadora 10 – SR10	280,74	1.763,33	1.763,33
Subestação Retificadora 11 – SR11	174,33	-	-
Subestação Retificadora 12 – SR12	280,74	1.763,33	1.763,33
Subestação Retificadora 13 – SR13	270,58	550,49	550,49
Subestação Retificadora 14 – SR14	310,84	1.763,33	1.763,33
Subestação Retificadora 15 – SR15	280,74	1.763,33	1.763,33
Subestação Retificadora 16 – SR16	280,74	332,88	332,88
Subestação de Manutenção - SM	253,00	-	-

* A metragem das Substações retificadoras 1 a 5 serão a parte da metragem das Estações Operacionais

SUBSTAÇÕES AUXILIARES

Subestações Auxiliares	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Subestação Auxiliar da Estação Central – SA-CTL	86,68	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Galeria – SA-GAL	222,88	-	-
Subestação Auxiliar da Estação 102 Sul – SA-102	67,22	-	-
Subestação Auxiliar da Estação 108 Sul – SA-108	65,07	-	-
Subestação Auxiliar da Estação 112 Sul – SA-112	124,75	-	-
Subestação Auxiliar da Estação 114 Sul – SA-114	65,07	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Asa Sul – SA-ASA	71,35	-	-
Subestação Auxiliar da Torre do Pátio Asa Sul – SA-TPAS	100,16	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Shopping – SA-SHP	57,90	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Feira – SA-FEI	50,18	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Guará – SA-GUA	47,13	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Arniqueiras – SA-ARN	58,47	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Águas Claras – SA-CLA	65,17	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Concessionárias – SA-COM	58,47	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Estrada Parque – SA-EPQ	(1)	-	-

Subestações Auxiliares	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Subestação Auxiliar da Estação Praça do Relógio – SA- REL	71,27	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Centro Metropolitano – SA-MET	71,50	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Ceilândia Sul – SA-CES	65,69	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Guariroba – SA-GBA	65,62	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Ceilândia Centro – SA-CEC	76,25	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Ceilândia Norte – SA-CEN	69,71	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Terminal Ceilândia – SA-CEI	62,98	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Taguatinga Sul – SA-TAS	68,21	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Furnas – SA-FUR	67,76	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Samambaia Sul – SA-SAS	65,62	-	-
Subestação Auxiliar da Estação Terminal Samambaia – SA-SAM	53,20	-	-
Subestação Auxiliar do Complexo Administrativo e Operacional – SA-CAO	82,80	-	-

1 - 2 Não foi possível acesso aos dados da subestação Auxiliar SA-EPQ

Patios	Área Interna m² Total	Área Extena m² Total	Área Verde m² Total
Pátio Asa Sul - PAS	0,00	-	10.986,56
Pátio Águas Claras - PAC	0,00	-	90.318,32

METRÔ DF
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

MODELO A

MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº __/_____, que vistoriei minuciosamente as instalações da CONTRATANTE e que tomei conhecimento das informações necessárias e suficientes para a prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamentos e mão de obra. Desse modo, proclamo estar ciente da complexidade das instalações, bem como dos termos e condições descritos no respectivo instrumento convocatório e anexos.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

_____

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA EMPRESA
Nome legível: _____
CPF: _____

Obs: Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria, a ausência de apresentação da declaração de vistoria não implicará na desclassificação da licitante vencedora, entretanto ela não poderá alegar posteriormente desconhecimento dos locais, condições e grau de dificuldades existentes para eximir-se das obrigações assumidas.

METRÔ DF
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal

MODELOS DE P **E CUSTO**

CUSTO DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	SUB TOTAL	TOTAL
	SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA				**A**	R$ -
1.1	Operador de Roçadeira diurno 44h	Mês	10			
1.2	Operador de Roçadeira Noturno 44h	Mês	10			
1.6	Encarregado diurno 44h	Mês	1			
1.7	Encarregado noturno 44h	Mês	1			
	MATERIAL DE CONSUMO DE LIMPEZA SOB DEMANDA				**B**	R$ -
1.12	Material de Consumo sob demanda	Mês	1			
	DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS				**C**	R$ -
1.13	Disponibilização de Equipamentos	Mês	1			
2	**BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS**					R$ -
2.1	Despesas Administrativas				**D**	R$ -
2.2	Lucro				**E**	R$ -
2.3	**Impostos e Contribuições Sociais Sobre o Faturamento**			**T0 =**		R$ -
	ISS					
	COFINS					
	PIS					

CÁLCULO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (P1)		
TRIBUTOS (%)/100 = T0		
P0 = (A+B+C+D+E)	**R$**	-
P1=P0/(1-T0)	**R$**	-
TRIBUTOS = P1-P0	**R$**	-
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO	**R$**	-
VALOR GLOBAL ESTIMADO (12 MESES)	**R$**	-

Composição do Custo da Mão de Obra

Resumo - Planilha de Custos				
Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação, Roço e Capina e Coperagem				
Tipo	**Jornada**	**Qtde**	**Valor unit.**	**Valor mensal**
Operador de Roçadeira Diurno	**44h**	10		
Operador de Roçadeira Noturno	**44h**	10		
Encarregado Diurno	**44h**	1		
Encarregado Noturno	**44h**	1		
TOTAL MENSAL		**22**		**R$ -**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Operador Diurno - 44h			
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Salário Base		
2	Adicional Noturno		
3	Adicional Periculosidade		
4	Adicional Insalubridade		
5	Outros		
Total da Remuneração - Módulo 1			
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
1	Vale Transporte		
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		
3	Auxílio Alimentação		
4	Auxílio Morte/Funeral		
5	Plano de Saúde		
6	Assistência Odontológica		
7	Desconto Assistêncial Patronal		
Total de Benefícios Mensais e Diários			**R$ -**
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS			
1	Uniformes		
2	EPI		
Total Insumos Diversos			**R$ -**
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**
1	INSS		
2	SESI/SESC/SEST		
3	SENAI/SENAC/SENAT		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	RAT x FAP		
8	SEBRAE		
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			**R$ -**
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias			
1	13º Salário		
2	Adicional de Férias		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
Total 13º Salário e Adicional de Férias			**R$ -**
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade			
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade		
Total Afastamento Maternidade			**R$ -**
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão			
1	Aviso Prévio Indenizado		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado		
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado		
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa		
5	Indenização Adicional		
Total Provisão para Rescisão			**R$ -**
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente			
1	Férias		
2	Ausência por Doença		
3	Licença Paternidade		
4	Ausências Legais		
5	Ausência por Acidente do Trabalho		
6	Aviso Prévio Trabalhado		
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente			**R$ -**
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4			**R$ -**
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			**R$ -**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Operador Noturno - 44h			
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Salário Base		
2	Adicional Noturno		
3	Adicional Periculosidade		
4	Adicional Insalubridade		
5	Outros		
Total da Remuneração - Módulo 1			
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
1	Vale Transporte		
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		
3	Auxílio Alimentação		
4	Auxílio Morte/Funeral		
5	Plano de Saúde		
6	Assistência Odontológica		
7	Desconto Assistêncial Patronal		
Total de Benefícios Mensais e Diários			
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS			
1	Uniformes		
2	EPI		
Total Insumos Diversos			
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**
1	INSS		
2	SESI/SESC/SEST		
3	SENAI/SENAC/SENAT		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	RAT x FAP		
8	SEBRAE		
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias			
1	13º Salário		
2	Adicional de Férias		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
Total 13º Salário e Adicional de Férias			
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade			
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade		
Total Afastamento Maternidade			
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão			
1	Aviso Prévio Indenizado		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado		
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado		
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa		
5	Indenização Adicional		
Total Provisão para Rescisão			
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente			
1	Férias		
2	Ausência por Doença		
3	Licença Paternidade		
4	Ausências Legais		
5	Ausência por Acidente do Trabalho		
6	Aviso Prévio Trabalhado		
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4			
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Encarregado Diurno - 44h			
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Salário Base		
2	Adicional Noturno		
3	Adicional Periculosidade		
4	Adicional Insalubridade		
5	Outros - Súmula 444/2012 TST		
Total da Remuneração - Módulo 1			
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
1	Vale Transporte		
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		
3	Auxílio Alimentação		
4	Auxílio Morte/Funeral		
5	Plano de Saúde		
6	Assistência Odontológica		
7	Desconto Assistêncial Patronal		
Total de Benefícios Mensais e Diários			
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS			
1	Uniformes		
2	EPI		
Total Insumos Diversos			
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**
1	INSS		
2	SESI/SESC/SEST		
3	SENAI/SENAC/SENAT		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	RAT x FAP		
8	SEBRAE		
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias			
1	13º Salário		
2	Adicional de Férias		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
Total 13º Salário e Adicional de Férias			
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade			
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade		
Total Afastamento Maternidade			
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão			
1	Aviso Prévio Indenizado		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado		
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado		
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa		
5	Indenização Adicional		
Total Provisão para Rescisão			
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente			
1	Férias		
2	Ausência por Doença		
3	Licença Paternidade		
4	Ausências Legais		
5	Ausência por Acidente do Trabalho		
6	Aviso Prévio Trabalhado		
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4			
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Encarregado Noturno - 44h			
Item	**Descrição**	**Percentual**	**Valor**
Módulo I - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Salário Base		
2	Adicional Noturno		
3	Adicional Periculosidade		
4	Adicional Insalubridade		
5	Outros - Súmula 444/2012 TST		
Total da Remuneração - Módulo 1			
Módulo II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
1	Vale Transporte		
2	Desconto Legal referente ao vale transporte (6%)		
3	Auxílio Alimentação		
4	Auxílio Morte/Funeral		
5	Plano de Saúde		
6	Assistência Odontológica		
7	Desconto Assistêncial Patronal		
Total de Benefícios Mensais e Diários			
Módulo III - INSUMOS DIVERSOS			
1	Uniformes		
2	EPI		
Total Insumos Diversos			
Módulo IV - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		**Percentual**	**Valor**
1	INSS		
2	SESI/SESC/SEST		
3	SENAI/SENAC/SENAT		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	RAT x FAP		
8	SEBRAE		
Total Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias			
1	13º Salário		
2	Adicional de Férias		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
Total 13º Salário e Adicional de Férias			
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade			
1	Férias Proporcionais relativas ao Afastamento Maternidade		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre as Férias Proporcionais		
3	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o período de licença-maternidade		
Total Afastamento Maternidade			
Submódulo 4.4 -Provisão para Rescisão			
1	Aviso Prévio Indenizado		
2	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado		
3	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado		
4	Multa do FGTS para rescisão sem Justa Causa		
5	Indenização Adicional		
Total Provisão para Rescisão			
Submódulo 4.5 -Custo de Reposição do Profissional Ausente			
1	Férias		
2	Ausência por Doença		
3	Licença Paternidade		
4	Ausências Legais		
5	Ausência por Acidente do Trabalho		
6	Aviso Prévio Trabalhado		
7	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Total de Encargos Sociais e Trabalhistas - MÓDULO 4			
SUBTOTAL MÓDULOS 1, 2, 3 e 4			

CÁLCULO VALE TRANSPORTE

NOTURNO

MÊS	DIAS	FOLGAS / SÁBADOS	FOLGAS / DOMINGOS	PREVISÃO DE FERIADOS	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/ANO	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/MÊS
jan	31	4	1	1		
fev	28	4	1	0		
mar	31	4	1	1		
abr	30	5	1	1		
mai	31	4	1	1		
jun	30	4	1	0		
jul	31	5	1	0		
ago	31	4	1	0		
set	30	5	1	1		
out	31	4	1	1		
nov	30	4	1	3		
dez	31	5	1	1		
TOTAL	**365**	**52**	**12**	**10**	**291**	

DIURNO

MÊS	DIAS	FOLGAS / SÁBADOS	FOLGAS / DOMINGOS	PREVISÃO DE FERIADOS	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/ANO	PREVISÃO DE DIAS TRABALHADOS/MÊS
jan	31	4	4	1		
fev	28	4	4	0		

Posto	Estimativa de Dias Efetivamente Trabalhados por MÊS	Trecho IDA	Trecho Volta	Valor Diário	Valor Mensal
44h Domingo a Sexta	0,00	Cidade Satélite até Posto de Trabalho METRÔ-DF	Posto de Trabalho METRÔ-DF para Cidade Satélite		
44h Segunda a Sexta	0,00	Cidade Satélite até Posto de Trabalho METRÔ-DF	Posto de Trabalho METRÔ-DF para Cidade Satélite		

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

EPI ROÇO E CAPINA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	TOTAL MENSAL	REPOSIÇÃO
AVENTAL DE RASPA PARA PROTEÇÃO DO ROÇADOR, CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO CURTIDO AO CROMO	20			SEMESTRAL
BONÉ TIPO TOUCA ÁRABE PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA E DO DORSO CONTRA AGENTES TÉRMICOS	11			SEMESTRAL
BONÉ TIPO ROÇADOR, CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM, COM TELA CONFECCIONADA EM NYLON	20			SEMESTRAL
BOTA DE SEGURANÇA PARA ROÇADOR (TIPO ELETRICISTA), CONFECCIONADA EM VAQUETA LISA CURTIDA AO CROMO OU EM TECIDO MICROFIBRA DE MICRO FILAMENTOS EM POLIAMIDA, POLIÉSTER E VISCOSE.	22			SEMESTRAL
CANELEIRAS DE RASPA PARA ROÇADOR, CONFECCIONADA EM RASPA DE COURO CURTIDO AO CROMO	20			SEMESTRAL
CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC	22			SEMESTRAL
CAPACETE DE SEGURANÇA V GUARD, MODELO TIPO JOCKEY, COM CASCO MOLDADO EM POLIETILENO, NA COR BRANCA	22			SEMESTRAL
CINTO DE TRÊS PONTAS PARA ROÇADOR	20			SEMESTRAL
CINTURÃO DE SEGURANÇA - TIPO PARAQUEDISTA, CONFECCIONADO EM FITA DE CADARÇO DE POLIÉSTER DE 50MM DE LARGURA, COM 3 PONTOS DE ANCORAGEM	20			SEMESTRAL
COLETE REFLETIVO, CONFECCIONADO COM PELÍCULA DE PVC DE 60MM DE LARGURA, NA COR LARANJA CÍTRICA REFLETIVA	22			SEMESTRAL
CORDA DE RAPEL PARA ROÇADOR (METRO)	200			SEMESTRAL
LUVA ISOLANTE DE BORRACHA PARA ELETRICISTA, CLASSE 0, TENSÃO MÁXIMA 1000V	2			ANUAL
LUVA DE RASPA COBERTURA EM VAQUETA	20			SEMESTRAL
LUVA TRICOTADA, CONFECCIONADA EM FIOS DE ALGODÃO E POLIÉSTER	20			SEMESTRAL
MANGOTE DE RASPA PARA ROÇADOR (PAR), CONFECCIONADO EM RASPA DE COURO CURTIDO AO CROMO	20			SEMESTRAL
MÁSCARA DESCARTÁVEL RESPIRATÓRIA FILTRANTE CLASSE PFF1 (UNIDADE)	80			MENSAL
OCULOS DE PROTEÇÃO, COM AMPLA VISÃO, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO	22			SEMESTRAL
PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	22			SEMESTRAL
PROTETOR FACIAL COM VISEIRA ARTICULADA CONFECCIONADA EM TELA DE POLÍMERO	20			SEMESTRAL
TALABARTE DE SEGURANÇA DUPLO EM FORMA DE "Y", COM ABSORVEDOR DE IMPACTO E TRÊS MOSQUETÕES. TALABARTE CONFECCIONADO EM CADARÇO DE POLIAMIDA, COM LARGURA DE 40MM, NA COR AMARELA. ABSORVEDOOR DE IMPACTO CONFECCIONADO EM FITA DE POLIAMIDA. MOSQUETÕES CONFECCIONADOS EM AÇO CARBONO SAE 1045, POLIDOS, CROMADOS E DOTADOS DE DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA, SENDO DOIS COM ABERTURA ENTRE 53 E 60MM E UM COM ABERTURA DE 20MM	5			SEMESTRAL
TRAVA QUEDAS PARA CORDA	5			SEMESTRAL

TOTAL MENSAL ESTIMADO	
VALOR ESTIMADO POR EMPREGADO	

ESTIMATIVA DE CUSTO - UNIFORMES

UNIFORMES OPERADOR E ENCARREGADO			
ÍTEM	**VALOR UNITÁRIO**	**QUANTIDADE**	**VALOR TOTAL**
CALÇA		2	
CAMISA		2	
MEIA		2	
JAQUETA		1	
		TOTAL	
		VALOR MÉDIO MENSAL	

SERVENTE E ENCARREGADO		
TIPO	**QUANTIDADE**	**ESPECIFICAÇÕES**
CALÇA	2	Calça comprida cós alto, com elástico e cordão, em gabardine, na cor a ser aprovada
CAMISA	2	Camisa de mangas curtas, sem abotoamento, com o emblema da empresa, na cor a ser aprovada
JALECO	1	Jaleco em microfibra, na cor branca
MEIA	2	Meia em algodão, tipo soquete
BOTINA	1	Bota de segurança conforme descrito em EPI's
JAQUETA	1	Jaqueta em nylon resinado, com forro matelado, na cor a ser aprovada

ESTIMATIVA DE VALORES MENSAIS A SEREM DESTINADOS À CONTA VINCULADA

Valor Mensal a ser glosado destinado à Conta Vinculada			Posto			
			Operador Diurno 44h	Operador Not. 44h	Encarregado Diurno 44h	Encarregado Noturno 44h
Total da Remuneração - Módulo 01						
Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias						
A	13 Salário					
B	Adicional de Férias					
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o 13º e Adicional de Férias					
Total 13º Salário e Adicional de Férias - Submódulo 4.2 (R$)						
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão						
D	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado					
E	Multa do FGTS para Rescisão sem Justa Causa					
Total Provisão para Rescisão - Submódulo 4.4 (R$)						
Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
F	Férias					
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre O Custo de Reposição					
Total Custo de Reposição Profissional Ausente - Submódulo 4.5 (R$)						
Subtotal para 01 Empregado						
Total de Empregados			10	10	1	1
Valor Mensal por tipo de posto a ser glosado destinado a Conta Vinculada						
Valor Total Mensal a ser destinado à Conta Vinculada						

MATERIAL DE CONSUMO SOB DEMANDA

MATERIAIS DE LIMPEZA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	TOTAL MENSAL	REPOSIÇÃO
SACO DE LIXO 200 L (PACOTE COM 100 UNIDADES)	50			MENSAL
FITA ZEBRADA (ROLO COM 200M)	10			MENSAL
FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA (ROLO C/ 100M)	10			MENSAL
COPO GIRATÓRIO PARA ROÇADEIRA (UNIDADE)	140			MENSAL
LÂMINA PARA ROÇADEIRA (UNIDADE)	200			MENSAL
CARRETEL PARA ROÇADEIRA (UNIDADE)	20			MENSAL
COPO DESCARTÁVEL 100 ML	20			MENSAL
GASOLINA (LITROS)	1000			MENSAL
ÓLEO DOIS TEMPOS PARA ROÇADEIRA (LITRO)	17			MENSAL
PROTETOR SOLAR (LITRO)	1			MENSAL
GARRAFA TÉRMICA 12 LITROS	2			ANUAL
FLANELA (UNID)	20			MENSAL

TOTAL MENSAL ESTIMADO	R$ -

EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

EQUIPAMENTOS ROÇO E CAPINA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	TOTAL MENSAL	REPOSIÇÃO
GERADOR PARA ILUMINAÇÃO À GASOLINA, MOTOR 4 TEMPOS, REFRIGERADO A AR, MÍNIMO DE 200 CILINDRADAS, POTÊNCIA MÁXIMA DE SAÍDA 3,2 kW, TENSÃO DE SAÍDA 120/240V	1			QUINQUENAL
MÁQUINA ROÇADEIRA COSTAL À GASOLINA, PARTIDA MANUAL, MOTOR 2 TEMPOS, MÍNIMO DE 35 CILINDRADAS E POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,5 CV.	10			BIANUAL
SOPRADOR DE FOLHAS COSTAL À GASOLINA, MOTOR 2 TEMPOS, MÍNIMO DE 40 CILINDRADAS E POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,20 Kw	1			QUINQUENAL
VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE EMPREGADOS E MATERIAIS, CARACTERIZADO, COM NO MÍNIMO 12 LUGARES E POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CAVALOS, COM NO MÁXIMO 3 ANOS DE USO, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E KM ILIMITADO	1			MENSAL
CONJUNTO COM 6 REFLETORES (500W)	1			QUINQUENAL
BASTÃO ISOLANTE UNIVERSAL (VARA DE MANOBRA) COM NO MÍNIMO 1 METRO DE COMPRIMENTO	2			ANUAL
ENXADA	4			ANUAL
ENXADÃO	2			ANUAL
FACÃO	3			ANUAL
GADANHO	4			ANUAL
PÁ	4			ANUAL
SACHO	4			ANUAL
SERROTE PARA PODA	2			ANUAL
TESOURA PARA PODA	2			ANUAL
VASSOURA DE AÇO PARA GRAMA	12			ANUAL

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA _____

A **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF**, empresa pública, com sede na Avenida Jequitibá nº 155, Águas Claras – DF, CNPJ n.º 038.070.074/0001-77, neste ato denominada simplesmente METRÔ-DF, representada pelo seu Diretor-Presidente, _____, brasileiro _____, RG n.º _____ - ___-___ de ___/___/___, CPF n.º ___.___.___-__, e seu Diretor _____, _____, brasileiro _____, RG nº _____ - ___-___ de ___/___/___, CPF n.º ___.___.___-__, ambos residentes e domiciliados nesta capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____com sede à_____, inscrita no CNPJ sob o nº ___.___.___/____-__, representada por _____, portador do RG nº _____ , CPF n.º _____, residente e domiciliado em _____, doravante designada **CONTRATADA**, pelo presente instrumento de contrato regido pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, Lei n° 10.520/2002 e pelos Decretos do Distrito Federal nº 23.460/2002, nº 26.851/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a proposta do CONTRATADO _____, de ___/___/20_, a Decisão da Diretoria Colegiada exarada em sua ____ª reunião _____ realizada em _____de 20_, e demais documentos constantes do processo nº 097.000._____/20__, que passam a integrar o presente instrumento, têm por justo e contratado na forma e sob as condições abaixo:

Av. Jequitibá, 155 - Águas Claras - Brasília / DF - CEP 71.929-540 - Fone : (61) 3353-7158 / 7146 - fax.: 3352-2662

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamentos e mão de obra, que serão prestados nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico n° xx/2017 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para Administração; e

2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ .....(....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, estão assegurados no orçamento de _____ e serão debitados na Fonte _____, Natureza de Despesa _____, Programa de Trabalho _____.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011.

5.1.1. Excetuam-se desta obrigatoriedade as empresas de outros Estados da Federação que, comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso indicar o número de sua conta-corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário.

5.2. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do Atesto da fatura/nota fiscal pelo Gestor do Contrato do METRÔ-DF.

5.3. O pagamento poderá ficar retido, caso o contratado deixe de cumprir quaisquer obrigações contratuais de natureza técnica, administrativa, segurança e medicina do trabalho, legislação trabalhista e outras pertinentes.

5.4. Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável ao METRÔ-DF, no pagamento relativo à execução do serviço, o valor devido, será corrigido monetariamente, desde o vencimento da obrigação até o efetivo pagamento, de acordo com a variação *pró-rata-tempore* da TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

5.5. O METRÔ-DF, dispondo de recursos financeiros poderá antecipar o pagamento, desde que seja concedido pela CONTRATADA o desconto *pró-rata-tempore* equivalente a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

5.6. A **contratada** deverá apresentar ao METRO-DF, juntamente com a fatura, os documentos e comprovantes abaixo descritos, sem os quais não se efetuará o pagamento, sob pena de rescisão do contrato e à aplicação das penalidades cabíveis:

5.6.1 Cópia da folha de pagamentos dos empregados, bem como resumo e contracheques devidamente quitados;

5.6.2 Comprovantes dos pagamentos de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos empregados vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências do METRÔ-DF, inclusive em caráter temporário;

5.6.3 Cópias dos recibos de entrega dos uniformes;

5.6.4 Cópia dos recibos dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias e indenizatórias, relativos ao mês de ocorrência desses eventos;

5.6.5 Comprovante de pagamento das 1ª e 2ª parcelas do 13º salário de todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços, referentes aos meses de adimplemento dessas obrigações;

5.6.6 Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), representada e acompanhada pela seguinte documentação:

a. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo "Nº Arquivo" dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

b. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP - RE, que conste todos os empregados vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências do METRÔ-DF, inclusive em caráter temporário, durante esse período;

c. Cópia da Relação de Tomadores/Obras - RET do METRÔ – DF e do resumo da empresa;

d. Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP - Tomador/Obra;

e. Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;

f. Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante

emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, no valor apurado na GFIP;

g. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, no valor apurado na GFIP. A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFI.

5.7. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar ao METRÔ-DF os seguintes documentos em plena validade, junto com a Nota Fiscal:

5.7.1. Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS;

5.7.2. Certidão de Regularidade de situação junto ao FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

5.7.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade;

5.7.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em plena validade; e

5.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, nos termos da Lei nº 12.440/2011, em plena validade.

5.8. O CONTRATADO fica obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-E, modelo 55, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de outubro de 2011, conforme dispõe o Protocolo ICMS 42, de 3/07/2009, com redação dada pelo Protocolo ICMS 33/2011.

5.9. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente enviados à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

5.10. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data da nova protocolização.

CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação da proposta.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos

custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação;

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. As particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. A nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. Indice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.3.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.3.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.3.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

7.3.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada;

7.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.

7.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica no Banco Regional de Brasília - BRB, com correção monetária.

7.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.8 A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.8.1. Caso fortuito ou força maior;

7.8.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

7.8.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

7.8.4. Atos ilícitos dolosos praticados por empregados da Administração.

7.9 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas acima.

7.10 Será considerada extinta a garantia:

7.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.10.2. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

8.2. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada, **conforme item 28 do Termo de Referência**, por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

8.3. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da

CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9. O recebimento não exime o CONTRATADO da responsabilidade civil pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, além das estabelecidas no **item 18 do Termo de Referência**:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

9.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além das estabelecidas no **item 17 do Termo de Referência**:

10.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.3. Utilizar prestadores que atendam as exigências de formação constantes do Termo de Referência, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.4. Apresentar os prestadores devidamente uniformizados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos prestadores que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

10.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

10.7. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos prestadores alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.8. Instruir os Prestadores quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.

10.9. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.13. Na hipótese de chamamento do METRÔ-DF, em juízo, a qualquer título, o CONTRATADO obriga-se a assumir todos os ônus decorrentes, ficando o METRÔ-DF, autorizado a glosar das faturas devidas, as importâncias estimadas no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. não mantiver a proposta.

11.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

11.2.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura.

11.2.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

11.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

11.3.2. Multa.

11.3.2.1. A Multa é a sanção pecuniária que será imposta ao Contratado, pelo Ordenador de Despesa e será aplicada nos seguintes percentuais:

I) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais e na execução dos serviços, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais e na execução dos serviços, calculados desde o primeiro dia de

atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento dos prazos de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste parágrafo;

IV) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

11.3.2.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao CONTRATADO a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, de 1993, observada a seguinte ordem:

I) mediante desconto no valor das parcelas devidas ao CONTRATADO;

II) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução;

III) Mediante desconto no valor da garantia contratual.

11.3.2.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.3.2.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I) o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II) a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

11.3.2.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo primeiro, e observado o princípio da proporcionalidade.

11.3.2.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o contrato deverá ser cancelado e/ou rescindido, exceto se houver justificado interesse do CONTRATANTE em

admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do parágrafo terceiro.

11.3.3. Suspensão.

11.3.3.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade Pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966/05, de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I) Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo METRÔ-DF, o licitante e/ou contratado permanecer inadimplente;

II) Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando o licitante receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

11.3.3.2. É competente para aplicar a penalidade de suspensão o Ordenador de Despesa, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em assinar o contrato.

11.3.3.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o METRÔ-DF pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

11.3.4.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado, ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados pelo Diretor da área interessada.

11.3.4.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666/93, de 1993 ou 10.520/02, de 2002:

11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2.Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. É facultado ao interessado/contratado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

11.5.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

11.5.3. Os prazos referidos se iniciam e vencem em dia de expediente no METRÔ-DF.

11.5.4. Assegurado o DIREITO À DEFESA PRÉVIA e ao CONTRADITÓRIO, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I) A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II) O prazo do impedimento para licitar e contratar;

III) O fundamento legal da sanção aplicada;

IV) O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

11.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções de ADVERTÊNCIA e MULTA, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

11.7. Independentemente das sanções legais cabíveis, o licitante e/ou contratado ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à CONTRATANTE pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

11.8. Para efeito de mensuração do valor a ser pago mensalmente será aplicado acordo de nível de serviços com base no estipulado no item 29 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato, no Termo de Referência e em outras leis e/ou regulamentos.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A rescisão da contratação poderá ser determinada por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, conforme Inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, com as conseqüências elencadas no art. 80 do diploma legal mencionado.

12.4. A contratação poderá ser ainda rescindida judicialmente, nos termos da legislação, e amigavelmente por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

12.5. A rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE ou por acordo entre as partes deverá ser precedida de autorização escrita da Diretoria Colegiada, mediante proposição fundamentada do Diretor da área solicitante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. A competência para autorizar as alterações de que trata esta cláusula é atribuída à Diretoria Colegiada e as mesmas serão efetivadas mediante aditamento do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO GERECIAMENTO

17.1 O gerenciamento do contrato e a execução dele decorrente ficarão a cargo do empregado a ser nomeado por meio de Instrução de Serviço emitida pela Presidência do METRÔ-DF.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO

18.1. Fica estabelecido o Foro de Brasília – DF para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, se esgotadas as vias amigáveis.

E, por estarem justos e contratados, após as devidas leituras, assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, __ de _____ de 2017.

CONTRATANTE:

_____	_____
Diretor-Presidente	Diretor de _____

CONTRATADA:

_____

_____

TESTEMUNHA

_____

TESTEMUNHA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

(Subitem 7.12)

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Declaramos, sob as penas da Lei, para fins do disposto no art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº. 1.436/2013, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do caput do art. 7º e 8º da Lei nº. 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Declaro também ter conhecimento de que a opção tem caráter iretratável.

Brasília-DF, _____ de _____ de _____.

_____

Representante Legal

(Subitem 7.13)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____ _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, bem como, no Decreto Distrital nº 36.519 de 28 de maio de 2015, que receberá, sem nenhum custo para a Contratante, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão nº _____ /2016 – METRÔ-DF, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e tratamento adequado de dejetos e resíduos.

_____

(Data)

_____

Representante Legal

(7.10.7)
MODELO DE DECLARAÇÃO
DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no_____, inscrição estadual no_____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R$ _____

Local e data

_____
Assinatura e carimbo do emissor